

Genocida ataca campo de refugiados

Israel massacra 274

palestinos a pretexto

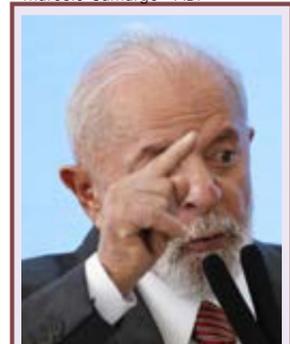
de retomar 4 reféns

Testemunhas relatam corpos de crianças espalhados em Nuseirat

Eu vim do campo para cá ao hospital a pé. Não consigo descrever como fugimos. Vi crianças mortas e partes de corpos espalhados por todos os lados enquanto fugimos”, relatou um sobrevivente. Já são 274 os mortos nos bombardeios de Israel contra o campo de refugiados de Nuseirat, no centro de Gaza, por terra, ar e mar, denunciou no sábado (8) o Ministério da Saúde palestino, relatando que “um grande número” de mortos e feridos está chegando ao Hospital dos Mártires de Al-Aqsa, a maioria crianças e mulheres. **Página 6**



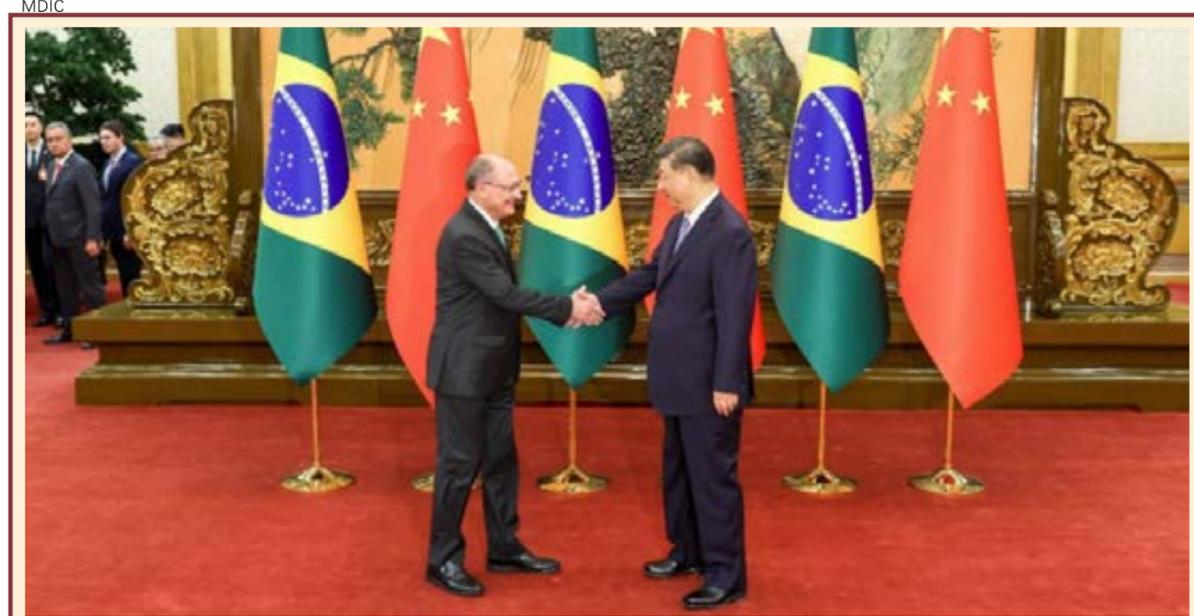
HORA DO POVO
ANO XXXIV - Nº 3.957 12 a 18 de Junho de 2024



Governo pagará 2 salários mínimos a 434 mil gaúchos
O governo federal anunciou na quinta-feira (6) um programa para pagar duas parcelas de salário mínimo aos trabalhadores formais de cidades atingidas pelas enchentes no Rio Grande do Sul. O presidente Lula informou que serão publicadas nos próximos dias Medidas Provisórias para garantir dois salários mínimos (R\$ 1.412,00 cada parcela) a 434 mil trabalhadores formais. A primeira parcela será liberada em julho. **Página 3**

1 REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

PIB cresce 0,8%, com taxa de investimento caindo a 16,9%



O vice-presidente do Brasil, Geraldo Alckmin, e o presidente da China, Xi Jinping, em encontro na China

Alckmin anuncia acordos de 24,6 bi, após se reunir com Xi

O vice-presidente e ministro da Indústria, Geraldo Alckmin, se reuniu com o presidente da China, Xi Jinping, e disse que as políticas do país contra a fome e de desenvolvimento econômico são “inspiradoras” para o Brasil. Na viagem à China, Alckmin assinou acordos de R\$ 24,6 bilhões de crédito para investimentos em infraestrutura e para a reconstrução do Rio Grande do Sul. Geraldo Alckmin falou, durante a reunião com Xi Jinping, que os investimentos em infraestrutura são uma “prioridade” do governo Lula. Os financiamentos são para infraestrutura do país e reconstrução do RS. O presidente chinês afirmou que “China e Brasil são parceiros e irmãos que avançam juntos com a mesma vontade e aspiração”. **Página 3**

O Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e produtos finais da economia brasileira - cresceu 0,8% nos primeiros três meses de 2024, em comparação com o trimestre imediatamente anterior, informou o IBGE, na terça-feira (4). A taxa de investimento ficou em 16,9% do PIB, abaixo dos 17,1% verificado no mesmo período do ano anterior. **Página 2**

Submissão aos EUA faz Macron e Scholz perderem eleição europeia

A derrota de Macron e Scholz nas eleições europeias expressa o fracasso da política de submeter o continente aos interesses dos EUA, como tem sido na guerra da Otan contra a Rússia, às custas de uma crise econômica e energética na Europa. **P. 7**

Sonda da China recolheu solo do lado oculto da Lua

A sonda chinesa Chang'e-6 decolou com sucesso da superfície lunar carregando amostras coletadas do lado oculto da Lua, e já está a caminho de casa, informou a Administração Espacial Nacional da China. **P. 7**

Despesa com juros: novo recorde

Em abril, R\$ 76 bilhões foram para o pagamento de juros nominais. Ao longo do primeiro quadrimestre do ano foram R\$ 286 bi. Trata-se de um valor jamais atingido para o período janeiro/abril de toda a série histórica

PAULO KLIASS*

O Banco Central (BC) divulgou recentemente seu relatório mensal sobre a política fiscal. As informações a respeito da conta do governo federal que consolida as operações associadas ao financiamento da dívida pública confirmam, mais uma vez, que ela se configura como a grande responsável pelo rombo das finanças governamentais. As vezes do financismo costumam se levantar contra os valores gastos com as políticas sociais, os chamados gastos primários. No entanto, não dizem um “ai” quando se trata do volume astronômico que se dirige a uma parcela bastante restrita da sociedade, os detentores de títulos da dívida pública.

Essa conhecida lenga-lenga que procura responsabilizar as despesas com saúde, educação e previdência social pelo suposto desequilíbrio nas contas públicas, não resiste a alguns minutos de análise. Afinal, os recursos orçamentários existem e a ocorrência de eventual déficit fiscal não compromete de maneira alguma o equilíbrio macroeconômico. O BC, por exemplo, exibe um saldo credor de R\$ 1,8 trilhão de recursos na Conta Única do Tesouro Nacional, valores que estão à disposição do governo para executar suas políticas públicas. A tragédia recente no Rio Grande do Sul demonstrou, mais uma vez, que é possível disponibilizar recursos para o governo levar à frente suas obrigações. Aliás, diga-se de passagem, esses mesmos recursos que até à véspera o Ministério da Fazenda afirmava categoricamente não existirem. Enfim, tudo é uma questão de prioridade na agenda de quem decide as coisas na Esplanada.

Mas o foco da turma do financismo segue viesado pela abordagem do resultado primário, metodologia essa que exclui a dimensão financeira da conversa. Desta forma, eles conseguem adeptos até mesmo na esfera ministerial para suas propostas de austeridade extremada, que acabará nos levando à privatização da oferta dos serviços públicos. Afinal, esta será a consequência inescapável caso prossigamos com esse estrangulamento irresponsável de verbas para assegurar os direitos previstos na Constituição. Tanto que Fernando Haddad e Simone Tebet, ambos titulares das principais pastas da área da economia, já se manifestaram a favor da retirada de garantias constitucionais de recursos mínimos para saúde, educação e previdência social. Uma loucura!

JUROS: O VERDADEIRO ROMBO NAS CONTAS PÚBLICAS

Para o mês de abril recente, o BC apontou um total de R\$ 76 bilhões endereçados ao pagamento de juros nominais. Com esse dado chegamos a um valor acumulado ao longo do primeiro quadrimestre do ano igual a R\$ 286 bi. Trata-se de um valor jamais atingido para o período janeiro/abril de toda a série histórica. Em 2023, por exemplo, os gastos da mesma natureza para o mesmo período haviam registrado um total de R\$ 228 bi. Portanto, o que se percebe foi um aumento de 26% nas despesas com pagamento de juros da dívida pública. Nenhuma outra rubrica não-financeira do orçamento recebeu tratamento semelhante. Muito pelo contrário, o controle austericista dos gastos primários – levado a ferro e fogo por Haddad como seu atestado de bom mocismo junto à nata da finança – deu continuidade à estratégia de compressão das contas vinculadas às políticas sociais e aos investimentos governamentais.

Continua no site do HP: <https://horadopovo.com.br/despesa-com-juros-novo-recorde-por-paulo-kliass/>

*Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.

PIB cresce 0,8% no 1º trimestre, puxado pelo setor de serviços

Foto: HP



Serviços cresceu 1,4% e o consumo das famílias 1,5% no primeiro trimestre

Produção industrial brasileira recua 0,5% em abril, diz IBGE

A produção industrial brasileira recuou 0,5% em abril deste ano frente ao mês de março, quando registrou alta de 0,9%, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta quarta-feira (5). O resultado interrompe dois meses consecutivos de crescimento da produção, em que acumula alta de 1%, e afasta o setor de recuperar perdas obtidas em janeiro deste ano, época em que a produção física recuou 1,3%.

De acordo com IBGE, o recuo da produção industrial no quarto mês deste ano se deu pelos impactos negativos vindos da produção da indústria extrativa, que caiu 3,4% no resultado geral. Além disso, também influenciaram negativamente a produção de alimentos (-0,6%), de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-0,6%) e de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-2,6%).

Já a indústria de transformação teve resultado positivo de 0,3%, mas apresentou uma desaceleração após alta de 0,8% em março. O setor, responsável por cerca de 85% da indústria brasileira, de dezembro de 2023 até abril deste ano, acumula uma expansão de 2,3%.

Para o Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, “foi um resultado mais fraco do que o de mar/24 (+0,8%), mas esta parcela da indústria vem conseguindo evitar perdas há sete meses consecutivos, o que é uma mudança de padrão em comparação ao que vimos no ano passado”.

O Iedi avalia que “não parece haver uma interrupção dos progressos obtidos

no primeiro trimestre de 2024, do ponto de vista tanto da produção como do valor adicionado, como mostraram os dados do PIB divulgados ontem para a indústria de transformação: +0,7% com ajuste sazonal”.

A manutenção, assim, com a melhora do crescimento da indústria manufatureira corre risco com a manutenção dos juros em patamares elevados, conforme alertou a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) ao analisar o resultado do Produto Interno Bruto do primeiro trimestre deste ano: “Indústria de transformação volta a crescer, mas possibilidade de taxa Selic terminal mais alta é fator de risco para a continuidade do bom desempenho do setor”.

Segundo a entidade, “Juros estacionados em níveis restritivos podem dificultar a trajetória da recuperação dos setores mais sensíveis aos juros, os quais foram os mais afetados pelo último ciclo de aperto monetário”.

O mercado financeiro, com apoio do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, pressiona para barrar a continuidade de redução da taxa básica de juros da economia (Selic) neste ano. E pressiona por apenas mais um corte de 0,25 ponto percentual na Selic, em meado de junho, o que reduziria a taxa dos atuais 10,5% para 10,25%, ficando fixada neste nível até o fim deste ano, segundo as projeções dos bancos e instituições financeiras no boletim Focus do BC.

Com a Selic acima de dois dígitos no ambiente de baixa inflação em que o país se encontra hoje, o BC seguirá impondo uma alta carga de

juros reais (descontada a inflação) aos setores produtivos, travando o avanço dos investimentos no país e o consumo das famílias.

Em abril, entre as quatro grandes categorias econômicas de produção, Bens de Capital (3,5%) e Bens de Consumo Duráveis (5,6%) apontaram expansão na produção. Já a produção Bens de Consumo Semiduráveis e não Duráveis (0,1%) ficou estagnada e a de Bens Intermediários recuou (-1,2%).

Apesar do crescimento em abril, a produção de Bens de Capital acumula uma queda de 7,8%, no observado dos últimos doze meses até abril. Este é um dos segmentos da indústria mais sensíveis ao custo do crédito.

Na passagem de março para abril, ainda, 18 das 25 atividades industriais pesquisadas apontaram expansão na produção. As influências positivas mais importantes sobre o total da indústria vieram de veículos automotores, reboques e carrocerias (13,2%), produtos diversos (25,1%), produtos farmacêuticos e farmacêuticos (10,8%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (9,0%), máquinas e equipamentos (5,1%), produtos químicos (2,2%), manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (8,7%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (5,3%), entre outros.

Com o resultado de abril, a produção industrial se encontra 0,1% abaixo do patamar pré-pandemia (fevereiro de 2020) e 16,8% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011, conforme a série histórica da pesquisa.

Fim da isenção de importados foi aprovado no Senado com bate-boca entre bolsonaristas

O Senado Federal aprovou na noite de quarta-feira (5) a cobrança de uma alíquota de 20% sobre compras internacionais até US\$ 50 (cerca de R\$ 250 pela cotação atual). A votação deveria ter ocorrido um dia antes, mas o relator do projeto, senador Rodrigo Cunha (Podemos-AL), retirou de seu relatório o tema da compra internacional do projeto do Programa de Mobilidade Verde e Inovação (Mover).

Nun entendimento entre os líderes, o projeto instituindo o Mover foi votado separadamente, obtendo a aprovação quase unânime do plenário do Senado. O tema da taxa das compras internacionais foi apreciado logo em seguida na forma de um destaque ao projeto da mobilidade. Os senadores também aprovaram, em votação simbólica, a taxa das compras até US\$ 50.

Durante a sessão ficou claro que os bolsonaristas estavam divididos sobre o tema. Exemplo disso foi o bate-boca entre Eduardo Girão e Jorge Seif. De um lado, o senador Eduardo Girão (Novo-CE) se batia contra a proposta e acusava o governo de ter criado mais uma taxa em prejuízo dos consumidores. De outro, o também bolsonarista Jorge Seif (PL-SC), rebatia o cearense acusando-o de fazer demagogia

em prejuízo dos produtores nacionais que enfrentam uma concorrência desleal com as plataformas internacionais.

O presidente Lula inicialmente havia pensado em manter a isenção das compras internacionais até 50 dólares. Ele afirmou que as compras eram feitas por consumidores de baixa renda e que a taxa talvez pudesse prejudicar algumas pessoas. No entanto, com a evolução da discussão e os argumentos apresentados pelos produtores e comerciantes brasileiros, que afirmaram estarem eles sendo prejudicados pela condição desigual de comércio, o chefe do Executivo concordou com a proposta da taxa.

Boa parte dos seguidores de Bolsonaro, que se prepararam para acusar o governo de prejudicar as empresas brasileiras com a manutenção da isenção aos produtos importados, ficou atordoada com a mudança de posição do presidente e mudou o discurso passando a acusar o governo de prejudicar os consumidores com a taxa. A realidade é que a demagogia bolsonarista, típica de fascistas, não uniu nem eles mesmos.

A divisão e o bate-boca entre parlamentares da oposição, expressa nos ataques entre eles próprios, durante

a sessão, mostrou que o objetivo do grupo era apenas fazer demagogia, mentir e tentar enganar a população. Não estavam interessados em defender empresas nacionais coisa nenhuma. Aliás, se depender da família Bolsonaro, só as empresas estrangeiras, de preferência americanas, se dão bem no Brasil.

Atualmente apenas as compras do exterior acima de US\$ 50 são atingidas pelo imposto de importação federal, de 60%. Abaixo deste valor, apenas cabe a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com alíquota de 17%, arrecadado pelos estados.

O texto-base do Mover foi aprovado sem dificuldades. A iniciativa visa incentivos fiscais de R\$ 19 bilhões às empresas automobilísticas instaladas no Brasil para os próximos cinco anos. Em troca do incentivo fiscal, as montadoras devem investir em pesquisa e desenvolvimento tecnológico para fabricar veículos híbridos ou 100% elétricos, com menor ou zero emissão de gases poluentes. As empresas chinesas que vinham ocupando o mercado brasileiro aceleradamente terão que incrementar a instalação de fábricas no Brasil para se adaptar às novas regras.

Taxa de investimento ficou em 16,9% do PIB, abaixo dos 17,1% verificado no mesmo período do ano anterior, segundo o IBGE

O Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e produtos finais da economia brasileira - cresceu 0,8% nos primeiros três meses de 2024, em comparação com o trimestre imediatamente anterior, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta terça-feira (4).

Após a estagnação econômica no segundo semestre de 2023 (alta de 0,1% no 3º tri e queda de -0,1% no 4º tri) a economia brasileira volta a reacender no primeiro trimestre deste ano, por influência do setor de Serviços (alta de 1,4%) - puxado pelo Comércio (avanço de 3,0%) - e da agropecuária (cresceu 11,3%), ambas altas em relação ao quarto trimestre de 2023.

A coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis, destaca que a contribuição para alta do PIB no primeiro trimestre, dentro do setor de serviços, veio do “comércio varejista e os serviços pessoais, ligados ao crescimento do consumo das famílias”.

Por outra via, a indústria iniciou mais um ano em baixa performance. O setor variou em queda de -0,1% frente ao quarto trimestre de 2023, com os recuos nas atividades de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (-1,6%), Construção (-0,5%) e Indústrias Extrativas (-0,4%).

Já a Indústria de Transformação cresceu 0,7% frente ao trimestre imediatamente anterior, apesar do Banco Central (BC) permanecer com sua política de hostilidade contra a oferta de bens e serviços no país, ao estabelecer uma taxa básica de juros (Selic) em níveis escorchantes, hoje em 10,5% ao ano.

Na taxa acumulada dos últimos quatro trimestres, em relação ao mesmo período do ano anterior, a Indústria da Transformação e a Construção variam em queda de -0,6% e -0,3%, respectivamente.

Pela ótica do consumo, também em comparação ao quarto trimestre de 2023, a Despesa de Consumo das Famílias cresceu 1,5% e a

Formação Bruta de Capital Fixo, que mede os investimentos em máquinas e equipamento, etc., avançou 4,1% - alavancado “pelo aumento na importação de bens de capital, no desenvolvimento de software e na construção”, disse o IBGE, em nota.

Nos últimos quatro trimestres, a Formação Bruta de Capital Fixo apresenta um recuo de -2,7%, frente ao mesmo período do ano anterior (-3%).

Já a taxa de investimento ficou em 16,9% do PIB no primeiro trimestre de 2024, um resultado abaixo do que foi observado para o mesmo período do ano anterior (17,1%). “A taxa de investimentos ficou praticamente no mesmo patamar do ano passado, pois em 2024.I, tanto os investimentos quanto o PIB cresceram”, explica Rebeca Palis.

Por sua vez, as despesas de Consumo do Governo demonstram estagnação, ao variarem em 0% de crescimento no primeiro trimestre deste ano.

Pela demanda externa, as exportações de bens e serviços do país subiram 0,2%, enquanto as importações cresceram 6,5%, entre a passagem do último trimestre de 2023 para o primeiro trimestre de 2024.

Em relação ao primeiro trimestre de 2023

O PIB brasileiro cresceu 2,5% frente ao primeiro trimestre do ano passado. Nesta base de comparação, o PIB da Indústria registra alta de 2,8%, puxado pelas atividades extrativas (5,9%) e de transformação (1,5%), e do Serviços marca alta de 3,0%, destaque para o avanço de 3,0% no Comércio; e o da Agropecuária recuou 3,0%, devido a queda na produção de soja (-2,4%) e milho (-11,7%).

No Consumo, todos os componentes pesquisados apresentaram saldos positivos: Despesa de Consumo das Famílias (4,4%), Despesa de Consumo do Governo (2,6%), Formação Bruta de Capital Fixo (2,7%). No setor externo, as exportações cresceram 6,5%, enquanto as importações avançaram 10,2%.

Petrobrás aprova a retomada da fábrica de fertilizantes no Paraná

A diretoria executiva da Petrobrás aprovou na quinta-feira (6) a retomada das atividades da fábrica de fertilizantes Araucária Nitrogenados S.A. (ANSA). O governo de Bolsonaro tentou vender a ANSA, mas não conseguiu e acabou desativando as operações da subsidiária da estatal em 2020.

Em reunião, a Petrobrás definiu que sejam iniciados, de forma imediata, os procedimentos para a retomada da fábrica, que fica localizada ao lado da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná.

“Serão imediatamente iniciados todos os procedimentos necessários à retomada da fábrica, incluindo a publicação dos editais para contratação de serviços de manutenção

e de materiais críticos”, afirmou a estatal, por meio de nota. A previsão é que as operações na fábrica de fertilizantes sejam reiniciadas no segundo semestre de 2025.

Os investimentos na produção de fertilizantes estão de volta conforme o plano Estratégico 2024 - 2028 da estatal, reavaliado no governo Lula. A Ansa tem capacidade de produção de 720 mil toneladas/ano de ureia e 475 mil toneladas/ano de amônia, além de 450 mil m³/ano do agente redutor líquido automotivo (ARLA 32).

A Ansa também está autorizada a celebrar acordo e efetuar a contratação dos antigos empregados, condicionada à homologação do acordo pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).



Foto: Reprodução/Aepet

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do

Instituto Nacional de

Comunicação 24 de agosto

Rua Mazzini, 177

Cambuci - CEP: 01528-000

São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@gmail.com

C.N.P.J 23.520.750/0001-90

HP

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18,

3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP

70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa,

140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

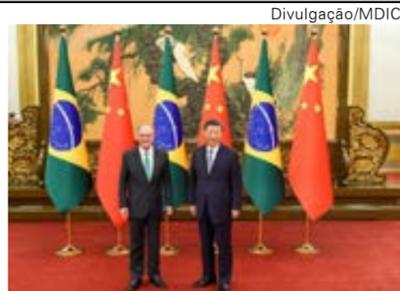
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis

e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Lula anuncia 2 salários mínimos para os trabalhadores gaúchos



Vice-presidente reúne-se com Xi Jinping e anuncia acordos de R\$ 24,6 bilhões

O vice-presidente e ministro da Indústria, Geraldo Alckmin, se reuniu com o presidente da China, Xi Jinping, e disse que as políticas do país contra a fome e de desenvolvimento econômico são “inspiradoras” para o Brasil.

Na viagem à China, Alckmin assinou acordos de R\$ 24,6 bilhões de crédito para investimentos em infraestrutura e para a reconstrução do Rio Grande do Sul.

Geraldo Alckmin falou, durante a reunião com Xi Jinping, que os investimentos em infraestrutura são uma “prioridade” do governo Lula.

O presidente chinês, Xi Jinping, afirmou que “China e Brasil são parceiros e irmãos que avançam juntos com a mesma vontade e aspiração”.

“Como países em desenvolvimento e economias emergentes importantes, os laços entre China e Brasil vão muito além do âmbito das relações bilaterais e são um modelo para promover a solidariedade e a cooperação entre as nações em desenvolvimento, assim como para a paz e a estabilidade do mundo”, acrescentou.

O Ministério da Fazenda e o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB) assinaram um acordo de até R\$ 5 bilhões em créditos para a reconstrução do Rio Grande do Sul, atingido por fortes chuvas. Outros R\$ 5,7 bilhões serão financiados pelo do banco do Brics (NDB) para o RS.

“Tenho certeza que a reconstrução do Estado será maior que a destruição”, comentou o vice-presidente Alckmin.

O Banco de Desenvolvimento da China (CDB) concedeu R\$ 4 bilhões em créditos para o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) usar em projetos de infraestrutura em todo o país. O acordo também prevê R\$ 3,6 bi para investimentos do BNDES.

O Banco do Brasil terá acesso a R\$ 2,5 bilhões do Banco de Exportação e Importação da China (Eximbank) para ações de fortalecimento do comércio e cooperação bilateral entre Brasil e China.



Recursos são escassos e afetam ação na fronteira e contra garimpo ilegal na Amazônia, diz general Paiva

O comandante do Exército, general Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva, afirmou que sempre tem o risco do garimpo ilegal voltar a se expandir na Amazônia porque “os recursos são escassos e os problemas são crônicos”.

As declarações foram dadas em entrevista ao jornal O Globo.

“Isso sempre tem, porque se os recursos são escassos e os problemas são crônicos. Isso significa que tem que estar presente o tempo todo. Temos enxergado que o orçamento está cada vez mais difícil pelas contingências que estamos vivendo. Uma parte do orçamento é impositiva. O governo tem que enviar para o Congresso. Também não cabe ao comandante do Exército discutir a política orçamentária do país. Cabe ao comandante do Exército explicar quais são os efeitos que isso traz, os projetos que atrasam”, disse o general.

Questionado sobre os efeitos da contenção orçamentária na atuação do Exército, o comandante citou os atrasos de projetos e uso de equipamentos ultrapassados na proteção da fronteira e da Amazônia.

“Quando um projeto como o de monitoramento de fronteira, que estava previsto para terminar em 2022 e passa para 2035, às vezes, essa tecnologia já está obsoleta. Mesma coisa com os helicópteros, que precisam ser substituídos em determinado tempo. As vezes, não é mais economicamente viável”, explicou.

“Ontem (quinta-feira, 6), eu conversava sobre isso com o presidente, que é altamente favorável ao investimento em Defesa. Eu não posso ficar sem helicóptero na Amazônia”, disse o general.

O comandante também avaliou um militar da ativa ser nomeado para postos de governo, com exceção dos comandantes militares. “O ideal é que passe para a reserva”, defendeu.

“Há outros exemplos de militares que, quando foram se somar aos quadros do governo, passaram para a reserva”, citou.

“Pode ter preferência, mas não pode ter partido enquanto estiver vestindo a farda. Pode assessorar, mas depois que está decidido, cumpre a decisão”.

“O militar não pode se envolver”, completou.

O general Tomás Paiva disse ainda que não

se opõe à instalação da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Paiva justificou que as pessoas que “perderam entes queridos tenham o direito de saber o que aconteceu”. “Isso é humanitário. Ninguém pode se opor a esse direito”.

Ele explicou que não foi contra a instalação da Comissão Nacional da Verdade durante o governo Dilma, mas criticou a “maneira como foi conduzido” o processo. “Durante o curso do trabalho da Comissão Nacional da Verdade, havia um viés que buscava uma justiça de transição que não existe”.

“São coisas bem diferentes. A Comissão Nacional de Mortos e Desaparecidos é uma outra iniciativa”, assinalou.

Lebrado do episódio, em 2018, em que o então comandante do Exército general Villas Bôas publicou um post falando de impunidade às vésperas do julgamento do pedido de habeas corpus de Lula, Paiva afirmou que hoje teria tido uma atitude diferente daquele período quando elogiou o texto.

“Eu acho que o comandante do Exército aqui tinha que ter sido mais veemente no assessoramento. Acho que nós erramos. Não vou julgar também o comandante anterior a quem eu tenho toda a lealdade. Acho que é um erro coletivo. Não deveria ter sido publicado”, posicionou-se.

O militar falou ainda da atuação do Exército na tragédia do Rio Grande do Sul, classificando o trabalho como “uma operação logística e humanitária como nunca aconteceu antes no Brasil”.

“Neste caso, o Estado brasileiro está dando uma resposta”, disse.

98% rejeitam PEC das Praias, diz enquête do Senado

No site do Senado Federal, a enquête sobre a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 3/22, conhecida como a “PEC das Praias”, consta com 155.936 mil votos contrários, ante apenas 2.178 votos favoráveis, até o momento.

Com isso, 98% dos participantes são contra a PEC. O resultado da consulta foi anunciado, na quinta-feira (6), às 8h55. Estes números foram registrados na enquête, até às 7h54, da quinta-feira.

O plenário do Senado aprovou, nesta quinta-feira (5), em votação simbólica, requerimento do senador Jorge Kajuru

(PSB-GO) para realização de sessão de debates temáticos sobre a PEC 3/22, que autoriza a União a vender os chamados terrenos de marinha, localizados próximos das praias, lagoas e rios.

Nesse tipo de audiência pública no plenário da Casa, especialistas são convidados para falar sobre o tema em pauta.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), descartou votar rapidamente a proposta. Ele explicou que a PEC vai ser amplamente debatida na CCJ antes de ir ao plenário. Os críticos temem fechamento do acesso às áreas públicas à beira-mar. O governo

Valores serão pagos em julho e agosto. Recursos são da ordem de R\$ 1 bilhão. “Nós vamos fazer tudo o que for necessário para a gente dar de volta a dignidade e o orgulho do povo gaúcho”, afirmou Lula, em seu retorno ao RS

O governo federal anunciou na quinta-feira (6) um programa para pagar duas parcelas de salário mínimo aos trabalhadores formais de cidades atingidas pelas enchentes no Rio Grande do Sul. O presidente Lula, que está no RS, informou que serão publicadas nos próximos dias Medidas Provisórias para garantir dois salários mínimos (R\$ 1.412,00 cada parcela) a 434 mil trabalhadores formais. A primeira parcela será liberada no mês de julho.

“Nós não vamos faltar ao povo do Rio Grande do Sul. Vamos fazer dentro das limitações do Governo Federal tudo aquilo que estiver ao nosso alcance, aquilo que a lei permitir, aquilo que a gente conseguir fazer a Câmara e o Senado aprovar, aquilo que não haja implicação judicial. Nós vamos fazer tudo o que for necessário para a gente dar de volta a dignidade e o orgulho do povo gaúcho”, afirmou o presidente, durante pronunciamento em Arroio do Meio.

As parcelas, de R\$ 1.412 cada, serão pagas nos meses de julho e agosto. O recurso foi autorizado em novo crédito extraordinário. Em contrapartida ao pagamento dos salários, as empresas têm de se comprometer a não demitir os funcionários por quatro meses. “Peço que os contratos não sejam rescindidos”, afirmou o ministro do Trabalho e Emprego (MTE), Luiz Marinho, durante o anúncio das medidas.

O pagamento será feito diretamente ao trabalhador, sem intermédio das empresas, mas as empresas precisam aderir. A medida provisória foi assinada nesta quinta-feira (6) pelo presidente Lula.

O programa representa recursos na ordem de R\$ 1 bilhão. Os trabalhadores de empresas localizadas em áreas atingidas serão os beneficiados. São mais de 326 mil trabalhadores celetistas, 42 mil trabalhadores domésticos, 36 mil estagiários e 27 mil pescadores artesanais. A operação será coordenada pelo Ministério do Trabalho. O governo fez o anúncio após um pedido feito pelo governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite.

Projeto contra colaboração premiada pode beneficiar Bolsonaro e os irmãos Brazão

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, afirmou na sexta-feira (7) ser favorável à limitação da colaboração premiada. Ele disse, no entanto, que o pedido de urgência para discussão do tema não foi para o projeto do ex-deputado Wadih Damous (PT-RJ), de 2016, mas para o de Luciano Amaral (PV-AL), de 2023.

O parlamentar explicou que o fato de o projeto de Damous ser mais antigo fez com que todos os outros fossem apenas adidos a ele. Mas, segundo Lira, a discussão se dará a partir do projeto de Amaral. “O dele (Damous) é tão ruim que seria rejeitado”, afirmou o presidente da Câmara, sobre o projeto de Damous, que foi apresentado na época da Lava Jato.

As duas propostas tentam restringir a colaboração de réus que estão presos. Críticos da proposta afirmam que o presidente da Câmara fez isso para ter o apoio do PL, já que o partido de Jair Bolsonaro teria, agora, interesse na restrição das colaborações porque Bolsonaro é alvo de depoimentos do ex-ajudante de ordens Mauro Cid.

Além de Bolsonaro, quem poderá se beneficiar com a medida são os mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco, os irmãos Brazão, Domingos e Chiquinho.

A prisão dos dois assassinos foi resultado da colaboração do executor do crime e das investigações da Polícia Federal.

Os bolsonaristas apostam no projeto de Damous que, segundo eles, como foi apresentado, é capaz de derrubar os depoimentos já homologados,

Lula visitou também a região do Vale do Taquari, onde abordou a crise climática enfrentada pelo estado, apontando que parte da responsabilidade é do descaso dos gestores públicos gaúchos. “Uma parte tem a ver com a questão do clima e outra com o descaso. Não buscamos culpados e, sim, soluções para as pessoas”, afirmou o presidente durante evento realizado para anunciar novas medidas de apoio ao Rio Grande do Sul.

As outras medidas provisórias anunciadas pelo governo autorizam a inclusão de mais municípios na lista de habilitados para o recebimento do Auxílio Reconstrução e a ampliação do número de cidades que receberão parcela extra do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A parcela extra do FPM será destinada a mais 49 municípios que se encontram em situação de calamidade em decorrência da tragédia. Serão liberados mais de R\$ 124 milhões. A medida tem por finalidade atender aos municípios que tiveram o estado de calamidade reconhecido após a publicação da MP nº 1223/2024, que destinou recursos para o repasse. O total abrangerá 96 municípios, que terão a parcela extra. São mais de R\$ 313 milhões que chegam para apoiar a população atingida.

O presidente Lula também ampliou o alcance do pagamento do Auxílio Reconstrução para mais 76 municípios gaúchos. O recurso já está contemplado na Medida Provisória que foi publicada no mês de maio e destinou mais de R\$ 1,2 bilhão para o pagamento do auxílio. A decisão leva em conta o fato de que essas cidades estão localizadas em áreas afetadas pelas fortes enchentes e possuem moradores desalojados ou desabrigados.

Os primeiros pagamentos aos atingidos aconteceram no dia 30 de maio. Com o pagamento de novo lote, realizado nesta quinta-feira (6), o número de famílias beneficiadas chegou a 99,8 mil. Até agora, 138 mil famílias foram aprovadas para receber o valor de R\$ 5,1 mil do Auxílio Reconstrução.

Projeto contra colaboração premiada pode beneficiar Bolsonaro e os irmãos Brazão

como os de Mauro Cid e de Ronnie Lessa. Outros dizem o oposto: que a colaboração premiada é meio de obtenção de prova, ou seja, matéria processual penal, e não há retroatividade na obtenção de provas.

A alegação para o projeto de limitação de colaboração de pessoas presas é que, nesta condição [de preso], o colaborador não teria condições adequadas para fornecer elementos para uma investigação. Este argumento, se fosse válido, anularia qualquer outro depoimento feito por pessoas presas.

O tenente-coronel Mauro Cid, da ativa do Exército, pivô de todas as confusões da era Bolsonaro, poderá ter todo o seu depoimento na colaboração anulado. Ele conhecia como ninguém e contou tudo sobre a tentativa de golpe de Estado patrocinado por Jair Bolsonaro e alguns militares golpistas. Cid confessou também sobre a frenética busca criminosa de joias das Arábias e a venda no exterior de pelo menos um relógio cravejado de brilhantes da União. Deu detalhes, ainda, da falsificação de atestados de vacinas do chefe e de sua filha e da atuação do então governo na pandemia de Covid.

É evidente que as investigações não podem se fiar apenas nos depoimentos de quem homologa uma colaboração premiada. É necessário que o que foi informado por ele seja comprovado pelos investigadores. Nesse sentido, já há um entendimento de que a colaboração premiada somente não é suficiente para a condenação de ninguém.

PGR recorre contra a decisão de Toffoli que anulou condenações do ex-presidente da Odebrecht

A Procuradoria-Geral da República (PGR) entrou com um recurso contra a decisão do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), que anulou as condenações de Marcelo Odebrecht.

O procurador-geral Paulo Gonet pediu a Toffoli que mude de posição ou, caso não o faça, que o tema seja analisado pelo Plenário do Supremo.

No requerimento, o órgão lembrou que a delação premiada de Marcelo Odebrecht, na qual o empreiteiro admitiu e detalhou os crimes que cometeu, foi firmada diretamente pela PGR, e não pela 13ª Vara Federal de Curitiba.

Isso tem relevância, já que Toffoli decidiu anular as condenações alegando que os juízes da 13ª Vara foram “parciais” e agiram “em conluio com a acusação”.

Apesar de anular as condenações, o ministro manteve valendo o acordo de delação premiada de Marcelo Odebrecht.

A PGR apontou que, no pedido que resultou na anulação, a defesa de Marcelo Odebrecht sequer demonstrou quaisquer problemas na primeira instância no pedido feito a Toffoli – e mesmo assim o ministro atendeu com prontidão.

Marcelo Odebrecht “celebrou o acordo de colaboração premiada na Procuradoria-Geral da República – e não na primeira instância da Justiça Federal em

Curitiba”.

No documento de 19 páginas enviado ao Supremo, a PGR destacou que é importante “não confundir” quaisquer problemas ocorridos “na primeira instância com o que foi firmado na PGR”.

“A prática de crimes foi efetivamente confessada e minuciosamente denunciada pelos membros da sociedade empresária com a entrega de documentos comprobatórios. Tudo isso se efetou na PGR sob a supervisão final do STF”, explicou.

“Portanto, a admissão de crimes e os demais itens constantes do acordo de colaboração independem de avaliação crítica que se possa fazer da Força Tarefa da Lava-Jato em Curitiba”, continuou.

“Repare-se que as declarações não foram obtidas de modo impróprio, tanto assim que o eminente relator ressaltou, no decisório, a validade do acordo”, sustentou.

“Não há, desse modo, como anular as investigações e processos, que decorreram desse acordo, e que agora seguem curso nas instâncias ordinárias”, apontou Gonet.

“Se o acordo de colaboração celebrado na Procuradoria-Geral da República não pode ser tido como nulo, não há [o que] falar em nulidade dos atos processuais praticados em consequência direta das descobertas obtidas nesse mesmo acordo”, completou.

ALESP homenageia heróis da Revolução de 1924 e Coluna Miguel Costa-Prestes

“Essa sessão solene traz um pouco de luz sobre uma passagem muito individual da história paulista”, lembrou o deputado Maurici ao destacar a luta contra a oligarquia cafeeira que chegou a bombardear a cidade de São Paulo

Na última sexta-feira (7), foi realizada uma sessão solene na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) em comemoração ao centenário da Revolução Paulista de 1924 e a Coluna Miguel Costa-Prestes.

A sessão também celebra o início de uma exposição com 152 reproduções fotográficas desse período, além de documentos, como telegramas de governadores da época, armas e livros. A curadoria é do Museu de Energia de São Paulo e parte dos documentos e livros é do Acervo Histórico da Alesp. A mostra ficará em cartaz na Alesp até o dia 21 de junho.

A exposição e a sessão solene foram organizadas pelo deputado estadual Maurici (PT) e contaram duas partes com uma série de homenagens aos familiares e outra série técnica, com acadêmicos falando sobre o que foi a Revolução de 1924.

O evento contou com a presença de Luís Carlos Ribeiro Prestes e Yuri Costa descendentes de Luís Carlos Prestes e Miguel Costa, que foram homenageados. Moacir Assunção, Adelino Martins e Débora Duboc foram outros homenageados. Ainda, o evento contou com a presença do ex-senador italiano José Luiz del Roio.

A sessão contou a exibição de um trecho do filme “São Paulo Cidade Aberta”, dirigido por Caio Plesman, que possui argumento de Sérgio Rubens de Araújo Torres, fundador da Hora do Povo, que também foi homenageado no evento por meio do seu filho, Bernardo Torres. Sérgio Rubens realizou um profundo estudo do período, intitulado como “Década das Revoluções”. Ele faleceu em dezembro de 2021.

O filme apresenta os acontecimentos da segunda revolta tenentista – a primeira, a revolta do Forte de Copacabana, em 1922 – contra a oligarquia cafeeira que dominou a República Velha e não hesitou em destruir a cidade de São Paulo com um selvagem bombardeio de artilharia pesada.

Ao se retirarem da cidade, os revolucionários se uniram a grupamentos gaúchos e deram início à Primeira Divisão Revolucionária sob o comando de Miguel Costa e Luís Carlos Prestes. O processo culminou com a derrota das oligarquias com a Revolução de 30, que levou Getúlio Vargas à Presidência.

LUZ PARA A HISTÓRIA

Para o anfitrião, Maurici, a sessão é importante para a história do país. O deputado elencou uma série de ações do seu mandato com as questões relacionadas à Revolução de 1924.

“Essa sessão solene traz um pouco de luz sobre uma passagem muito individual da história paulista, da história brasileira, da história do povo brasileiro, que é a Revolta de 1924, que reduziu uma parte importante da cidade de São Paulo a cinzas, que matou centenas de pessoas, que deixou uma marca na nossa história, no entanto esquecida, no entanto não lembrada da história oficial”, disse.

“Nesta sexta, protocolamos a indicação 4662/24, que indica ao Sr. governador do Estado que determine as providências necessárias para a inclusão do General Miguel Costa entre os vultos históricos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, acionando as autoridades competentes para tanto. Protocolamos também o Projeto de Lei 418/2024, que provou a instituição do Dia da Memória da Revolta Paulista de 1924 a ser celebrado anualmente no dia 5 de julho em todo o estado de São Paulo. Também protocolamos o projeto de resolução, propondo a criação, na Alesp, do prêmio Miguel Costa, destinado a policiais militares que tenham sido destacados na defesa da vida e da democracia no Estado de São Paulo”, afirmou Maurici.

LUTA PELA SOBERANIA

O filho de Luís Carlos Prestes, emocionado, leu o trecho do manifesto de seu pai, da coluna

Miguel Costa-Prestes e afirmou que é preciso lutar e lembrar o que a Coluna representou ao país.

“A marcha não foi um feito exclusivo de meu pai, contou com a inteligência e o heroísmo de todos os comandantes e soldados como Miguel Costa, Juarez Távora, Antônio Siqueira Campos, Cordeiro de Farias, Djalma Dutra Soares e João Alberto Lins de Barros. Quando celebramos esse feito histórico, não podemos deixar de lembrar que ainda hoje vemos a soberania nacional ameaçada. Constatamos o quanto devemos aprimorar as eleições livres em nosso país. Defender os direitos da mulher, em 1924, lutávamos pela industrialização do país, agora lutamos pela reindustrialização. Passados 100 anos, não conseguimos realizar a fundamental reforma agrária, como falar em democracia, quando 1% da população brasileira é proprietária de 50% das terras em nosso país. A memória da Coluna Prestes é eterna e meu pai, que estava com 26 anos, Cordeiro de Farias estava com 22 anos, demonstra que a juventude brasileira sempre esteve presente nas lutas pela democracia no Brasil. De norte a sul, de leste a oeste, o povo todo grita, Luiz Carlos Prestes”, afirmou.

NECESSIDADE IMPERATIVA

Yuri Costa também falou em nota, agradecendo a homenagem e disponibilizando um link reunindo a obra e discussões sobre seu avô e todo o seu legado e a atualidade. “A revolução foi uma necessidade imperativa daquele momento para aqueles fatos. E se justifica por si mesmo. Não mais nos dias de hoje. Os revolucionários da atualidade devem se dedicar a outro tipo de revolução, a educacional e a econômica. Foi no estado de Goiás, há quase um século, que eles se fizeram a seguinte pergunta. Como um país tão rico, igual ao Brasil, pode ter um povo tão pobre igual o brasileiro? Essa pergunta requer um estudo muito aprofundado para que se obtenha uma resposta digna de ser pronunciada”, afirmou.

A professora do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) Maria Clara Spada de Castro afirmou em sua fala que a revolta é muito significativa na sociedade e na história do país. “Gostaria de incluir e apontando que a revolta de 1924, ela une muitas pessoas, muitas demandas, gosto muito da ideia de que é uma revolta que junta várias revoltas, várias demandas e que é muito significativa das disputas das camadas populares nessa relação recém-instaurada, que busca direitos e ampliação da cidadania, assim como vários outros movimentos da primeira república, como Canudos, Cangaço, Revolta dos Marinheiros de 1910, assim como a própria Revolta da Vacina. São disputas populares por essa República que estava se iniciando”, afirmou.

De acordo com Lincoln Seco, professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), a Revolução de 1924 foi uma insurreição militar que visava derrubar o então presidente, pedindo pelo voto secreto e o combate à fraude. Essa articulação não ocorreu somente em São Paulo, mas foi lá que os revoltosos conseguiram tomar o controle de uma grande cidade por mais tempo. Para o professor, a revolta se perde no esquecimento paulista por conta da Contra Revolução de 1932, indagada pelas grandes elites.

O movimento paulista acabou sendo derrotado pelas forças do então presidente e os integrantes que sobreviveram aos combates se organizaram em torno do militar Miguel Costa, da Força Pública de São Paulo, e de Luís Carlos Prestes, que liderava um grupo de soldados no sul do Brasil. Juntos, eles formaram a Coluna Miguel Costa-Prestes, que percorreu o país nos anos seguintes atacando a República Velha (1889 – 1930).



Deputado Maurici coordenou a homenagem aos revolucionários na Alesp



Bernardo Torres recebeu homenagem pela contribuição de seu pai, Sérgio Rubens Torres, na construção do filme “São Paulo, Cidade Aberta”



Protesto de estudantes contra a privatização das escolas no Paraná

Enquanto privatiza escolas, Ratinho decreta sigilo nos contratos da Educação do Paraná

O governo Ratinho Júnior (PSD), por meio da Secretaria Estadual da Educação do Paraná (Seed) impôs sigilo de cinco anos diversos documentos da pasta, como contratos, relatórios de planejamento e organização de eventos. O decreto, publicado na terça-feira (4), visa, segundo o governo, a proteção de informações “estratégicas e sensíveis”, que poderiam comprometer a segurança institucional e a privacidade de dados.

A decisão ocorreu em meio a greve da Educação encerrada no dia 5. O movimento foi deflagrado em protesto ao projeto de Ratinho Júnior, aprovado pela Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), que privatiza escolas do Paraná, e foi criticada pelo deputado estadual Arilson Chiorato (PT).

“O que quer esconder o privatizador do Paraná? Colocar em sigilo os documentos da Seed no mesmo dia em que sanciona o projeto de privatização das escolas é, no mínimo, suspeito! As insanidades de Ratinho Jr. precisam ser barradas!”, defendeu.

“Antes de um processo resultar em um ato administrativo definitivo, em que eu tenho um contrato, uma decisão, uma informação, um edital, vários documentos preparatórios são gerados. E desses documentos que nós estamos falando”, alegou o diretor-geral da secretaria, João Luiz Giona Júnior. “Esses documentos preparatórios estão sujeitos a alteração, a revisão, a reserva... O sigilo a essas informações está ligado a esses aspectos”, completou.

Enquanto o PL de privatização tramitava, de forma relâmpago, no Legislativo

paranaense, a Secretaria de Educação usou dados internos para enviar para o celular de pais e responsáveis por alunos das escolas públicas do estado um vídeo contrário a greve dos professores. A divulgação do material fere a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), avaliam especialistas.

O sigilo aplicado a documentos de administração pública é regulamentado pela Lei de Acesso à Informação (LAI), de 2012. Podem ser classificados como reservados, secretos ou ultrasecretos, dependendo da relevância da informação que carregam, conforme a LAI. O objetivo é proteger dados que são considerados vitais à segurança da sociedade ou do Estado. Ainda, quando podem colocar em risco a soberania nacional.

Em entrevista à afiliada da Globo no Paraná, especialistas na área afirmaram que a manobra da Seed não está amparada na Lei de Acesso à Informação. “Olhando no Diário Oficial, eu achei muito estranho eles terem colocado tanta coisa em sigilo. Primeiro porque Secretaria de Educação colocar informações sigilo é algo extremamente atípico em geral”, observa o advogado Luiz Fernando Toledo. Toledo é pesquisador em transparência e classificou a ação da secretaria como atípica.

“Quem coloca informação em sigilo é órgão policial, é órgão de segurança, e de inteligência. E comum você ver a Polícia Federal, a Polícia Civil, Abin, órgãos que trabalham com informações que se forem divulgadas podem prejudicar uma investigação, podem prejudicar a segurança da população”, explica.

“A atribuição de sigilo tem que ser pautada em critérios bem objetivos e que convir-

jam para a segurança da sociedade e do Estado”, defende Antônio Kozikoski, advogado especializado em Direito Constitucional. Ele diz que a secretaria não esclareceu os motivos pelos quais os documentos precisam ser protegidos. “Neste caso, do decreto, analisando o teor das informações que foram classificadas, achei a constitucionalidade bastante duvidosa”, diz.

Para Kozikoski, as alegações do governo são “bem genéricas” e destoam dos princípios da publicidade. “A gente tem ali coisas como série histórica de informações pedagógicas, convênios, contratos de qualquer natureza... Achei justificativas bem genéricas e não condizentes com a publicidade, que é o princípio que rege administração pública”, afirma.

Pelas redes, a população criticou a falta de transparência da gestão Ratinho Júnior. “Por que poder prestar contas do dinheiro público que você gasta quando você confia totalmente na empresa que você contratou pra administrar a escola, não é mesmo?”, ironizou um internauta. “Governador mais bosta que o estado já teve, privatizou a melhor companhia elétrica do país e agora as escolas (para) agradecer a população que o elegeu”, disse outro usuário.

Para outro internauta, Ratinho “foi eleito por ser filho de apresentador de TV e bostanarista, mas é o pessoal do nordeste que não sabe votar”. “Parece que a Europa dos trópicos não é tão pra frente assim, hein?”, questionou outro cibernauta; “Deixa ele ser apresentado à Lei de Acesso à Informação”, advertiu outro usuário.



Evento de Boulos lotou centro de convenções na Barra Funda

Boulos e Marta reúnem 4 mil por uma São Paulo “que cuide das pessoas”

No último sábado (8), aconteceu no Expo Barra Funda, o lançamento da pré-candidatura à prefeitura de São Paulo de Guilherme Boulos (Psol) e Marta Suplicy (PT).

O evento reuniu mais de 4000 pessoas e contou com a presença de políticos, sindicalistas, líderes religiosos, artistas e empresários simpatizantes da campanha. Boulos afirmou que São Paulo “precisa mudar” e listou o que seriam problemas na capital que devem receber atenção de sua gestão, caso eleito em outubro deste ano.

“São Paulo precisa mudar. O que está em jogo nesse momento é se a gente quer uma cidade que deixe as pessoas jogadas na rua, que deixe gente esperando 10 horas para ser atendida numa Unidade de Pronto Atendimento (UPA), uma cidade onde o prefeito não tá nem aí. Ou se a gente quer uma cidade que cuide das pessoas de verdade, com humanidade”, afirmou. “Ele [Nunes] teve 3 anos, teve a oportunidade dele e não fez”.

Durante o discurso de Boulos, o governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), também foi alvo de críticas. O pré-candidato é um antagonista da ideia, defendida pelo governo do Estado, de usar câmeras corporais na Polícia Militar que possam ser desligadas durante operações. Boulos ainda prometeu que, caso seja eleito, irá implementar os aparelhos na Guarda Civil Metropolitana.

“A gente não aceita a postura de um governador de Estado [Tarcísio], ligado a esse prefeito [Nunes], que quer tirar a câmera corporal de policiais. Tem que ter câmera corporal, e se a gente ganhar, a Guarda Civil Metropolitana terá 100% de câmera corporal”, declarou.

Marta Suplicy rivalizou em protagonismo com o companheiro de chapa, ao ter feito de sua gestão exaltada em discursos no evento.

Em sua fala, mais curta que a do deputado, a ex-secretária de Relações Internacionais de Nunes, indicou ver em Boulos qualidades que o atual mandatário da cidade não teria. “Você tem as qualidades mais especiais que um prefeito precisa ter. E tá fazendo falta, gente, tá ou não tá?”, disse ela.

Marta afirmou que vai suar a camisa para que São Paulo possa ter um prefeito que realmente tenha as faculdades que a cidade precisa, citando humanismo, visão de mundo e conhecimento.

No público, estavam muitos pré-candidatos a vereador e também cabos eleitorais. Um deles, o professor Claudio Fonseca, presidente do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo (SINPEEM), onde afirmou como pré-candidato a vereador, que é preciso lutar para que a cidade tenha mais acesso à educação e oportunidades.

“Estou determinado a ajudar a formar a maior bancada progressista da nossa história. Nossa missão é clara: uma São Paulo mais justa, com mais educação e oportunidades de trabalho para todos”, disse.

“Juntos, venceremos o ódio e o negacionismo. É inspirador ver tanta gente comprometida com a cidade que queremos construir!”, afirmou.

Brasil e China assinam acordo para construção conjunta do satélite CBERS-5

Os governos brasileiro e chinês assinaram nesta quinta-feira, 6, em Pequim, uma Declaração Conjunta de Intenções para o desenvolvimento do satélite CBERS-5 em um importante passo de desenvolvimento aeroespacial para o país.

O CBERS-5 será um satélite meteorológico geostacionário, que ficará em uma órbita específica sobre a Terra, acompanhando o movimento de rotação do planeta, permitindo a observação contínua de uma região específica. No caso do CBERS-5, a área de foco será o Brasil, fornecendo dados cruciais para a previsão do tempo e o monitoramento de eventos climáticos extremos, como secas, tempestades, enchentes.

O novo satélite será projetado para oferecer um suporte significativo na observação de processos atmosféricos de maneira mais precisa, rápida e eficiente ajudando assim na mitigação de futuros desastres naturais.

O documento foi assinado durante a VII Sessão Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). Participaram da cerimônia o vice-presidente do Brasil Geraldo Alckmin, o secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social o MCTI, Inácio Arruda, que na ocasião representou a ministra, Luciana Santos, o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Clezio De Nardin além de outros representantes da Administração Espacial Nacional da China (CNSA).

A COSBAN, principal instância de cooperação política entre Brasil e China é presidida atualmente pelos vice-presidentes Geraldo Alckmin e Han Zheng. O MCTI coordena três subcomissões dentro da COSBAN: de Ciência, Tecnologia e Inovação; de Indústria e Tecnologias da Informação e Comunicação (ITCs); e de Cooperação Espacial. O secretário Inácio Arruda foi o responsável por relatar aos presidentes da COSBAN as atividades e projetos colaborativos de desenvolvimento tecnológico realizados pelas três comissões ao longo dos dois últimos anos.

Empresa do Mercado Livre é condenada a pagar R\$ 80 milhões por violar direitos trabalhistas

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2), em São Paulo, condenou na segunda-feira (3) a Meli Developers, empresa de tecnologia da informação do Mercado Livre, a pagar R\$ 80 milhões a empregados e ex-empregados por horas extras e diferencial de adicional noturno não pagos, além de aplicar reajustes salariais nas datas-base da categoria e multas.

A ação contra a empresa foi movida pelo Sindicato dos Trabalhadores em Tecnologia da Informação de São Paulo (Sindpd-SP). O sindicato afirma que a empresa descumpriu a convenção coletiva de trabalho para manter o salário dos trabalhadores e encargos abaixo do piso.

“Estamos cobrando o que é de direito dos trabalhadores. A empresa aplicou uma Convenção estranha à categoria para não aplicar os direitos dos empregados. Foram 208 horas por ano a mais de trabalho sem remuneração. É muito grave! É precarização da categoria profissional, prática de concorrência desleal e prática antissindical ao orientar erroneamente a representação sindical”, afirma o presidente do Sindicato, Antonio Neto.

A Meli Developers quis argumentar que a empresa pertence ao conglomerado Mercado Livre, cuja atividade preponderante é o comércio eletrônico, não a tecnologia da informação, apesar de sua atividade relacionada a seu CNPJ ser desenvolvimento de programas de computadores sob encomenda. A argumentação da Meli Developers é que, assim, não reconhece o Sindpd-SP como representante de seus empregados e, por isso, não se orienta pela convenção da categoria.

Em sua decisão, porém, o juiz Ricardo Tsuioshi Fukuda Sanchez, da 3ª Vara do Trabalho de Osasco (SP), afirma ser inquestionável que a principal atividade da empresa é “o desenvolvimento de atividades de tecnologia da informação”, sendo essa questão um “fato incontroverso”.

“O fato de o Mercado Livre ter criado uma empresa especializada e de ter transferido parte de seus empregados de TI para ela, evidencia a especialização de suas atividades, tanto que houve a demanda de se constituir um novo estabelecimento, com estrutura física própria, mão de obra especializada e dotação de orçamento individualizado, para a consecução de seus fins que, como foi demonstrado pelas provas dos autos, são diversos daqueles perseguidos pelo grupo, como um todo”, diz trecho da decisão, afirma o magistrado.

Ao todo, 5.000 pessoas poderão ser beneficiadas com a decisão, mas ainda cabe recurso. De acordo com dados dos Tribunais Regionais do Trabalho, há 2.388 processos trabalhistas em andamento contra as empresas com CNPJs relacionados ao Mercado Livre, dois deles da Meli Developers.

‘Governo nega reajuste a quem tem a pior remuneração do serviço público’

Servidores da Educação participaram de audiência no Congresso no último dia 5

Em audiência pública da Comissão de Educação e Cultura (CE) do Senado, na quarta-feira (5), representantes das três entidades de docentes e técnico-administrativos das universidades e institutos federais em greve, cobraram mais uma vez do governo a reabertura de negociações com o setor, e repudiaram o acordo salarial pelo encerramento da paralisação celebrado pelo Executivo com a Profes, entidade que, de acordo com os sindicalistas “não representa a categoria”.

Eles ressaltaram que não estão pedindo aumento salarial, mas recomposição de salário, além de recomposição dos orçamentos das instituições federais públicas de ensino corroidos nos últimos 10 anos.

De acordo com a 1ª tesoureira do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), Jennifer Webb, “isso precariza o serviço público que é oferecido nessas instituições, e sem servidor público não tem como ter serviço público de qualidade”.

Os representantes do Andes-SN, da Federação dos técnicos em instituições de ensino superior (Fasubra) e do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) também ressaltaram que “querem negociar para sair da greve”, mas que precisam “avancar na pauta”.

“Faço um registro importante dessas entidades aqui representadas: Fasubra vai completar 90 dias de greve no dia 11; Sinasefe completou 60 dias de greve no último dia 3; e o Andes-SN também vai completar 60 dias de greve no dia 15. Esperamos não precisar estar mais em greve. Esperamos que, no dia 14, o governo reabra o diálogo que a gente tanto reivindica. Temos, na mesa, a possibilidade de avançar nessa negociação e não somos nós os intransigentes. É importante que

a sociedade possa entender isso. Não é a categoria da Educação Pública Federal que quer fechar a negociação de forma unilateral. Nós queremos, e precisamos, negociar para sair dessa greve, mas precisamos avançar na pauta”, destacou Jennifer Webb.

“Mais que abrir o espaço, é importante e fundamental efetivar um processo de negociação, especialmente com as entidades legítimas e representativas das categorias. Estamos aqui com o objetivo de dar eco à nossa voz porque, na nossa compreensão, a nossa voz não está chegando onde deve chegar”, disse, ressaltando que as entidades “querem dialogar”.

O representante da Fasubra, Daniel Lucas Soares Souza Farias, destacou que o técnico-administrativo “têm a pior remuneração no serviço público”.

“É importante a gente entender que a nossa categoria passou ao longo dos últimos anos por uma política de empobrecimento. Hoje é a categoria que tem a pior remuneração no serviço público federal. Para vocês terem uma noção, hoje um servidor que entra no nível médio da carreira recebe menos do que dois salários mínimos. Isso não tem precedente no serviço público federal”, disse Daniel Lucas.

Para o representante do Sinasefe, Leewertton de Souza Marreiro, não existe reciprocidade entre a remuneração e o tamanho e a importância da categoria. De acordo com ele, os quase 95% dos técnico-administrativos em educação com nível superior estão sendo preteridos em relação a outras carreiras.

“É uma categoria que não se pode deixar de lado. A categoria dos técnico-administrativos em educação é a maior categoria de servidores públicos do país. E uma categoria que sempre esteve do lado da democracia neste país. Mas hoje, infelizmente, não está tendo a atenção merecida e necessária por parte do governo federal”, disse.



Funcionários da Eletrobrás aprovam greve contra proposta da empresa e acionam TST

Os trabalhadores da Eletrobrás aprovaram greve por tempo indeterminado após rejeição da proposta de acordo coletivo para o biênio 2024-2025 apresentada pela empresa. A paralisação, aprovada nesta terça-feira (4), terá início no próximo dia 10. A categoria decidiu também pedir a mediação do processo no Tribunal Superior do Trabalho (TST) “para um acordo justo e digno”.

Os funcionários da empresa, que foram contrários à privatização ocorrida ainda durante o governo Bolsonaro, tentam garantir que sejam mantidos os direitos que possuíam anteriormente. Enquanto isso, acionistas tentam maximizar seus lucros à revelia dos direitos trabalhistas, com medidas como corte de salários e plano de demissões.

O Coletivo Nacional dos Eletricistas afirma que “já entrou em

contato com o Ministério de Minas e Energia e o Ministério do Trabalho e Emprego para tratar do assunto. A sinalização de demissão em massa na Eletrobrás representa um risco significativo para o sistema elétrico nacional e, consequentemente, à segurança energética e a soberania nacional. Cabe destacar que, desde a privatização, a empresa tem se empenhado na retirada de direitos trabalhistas e na demissão de profissionais altamente qualificados, resultando na redução do quadro de funcionários, com a institucionalização do assédio moral e do adoecimento mental da categoria”.

“Nesse contexto, reafirmamos o nosso compromisso com a busca de um acordo que garanta respeito e dignidade aos trabalhadores do Sistema Eletrobrás, elementos essenciais para a manutenção da qualidade dos serviços prestados à população brasileira”, afirma a nota do CNE.

“A diretoria da Eletrobrás, focada em aumentar os lucros dos acionistas e a remuneração dos executivos, está implementando medidas que impactam diretamente os trabalhadores”. “O que tem sido colocado até então é: redução de salários e destruição de benefícios, incluindo o plano de saúde, ou seja, querem sugar até a última gota de sangue dos trabalhadores”, denunciaram os eletricistas.

“O CNE está buscando, desde a primeira rodada de negociação, uma proposta que atenda aos anseios dos trabalhadores e trabalhadoras. Assim, a greve é uma resposta à postura intransigente da empresa, que coloca em risco não



Após retomada de negociação no TRT, motoristas de ônibus suspendem greve em São Paulo

Em assembleia na manhã desta quinta-feira (6), motoristas, cobradores e trabalhadores em manutenção dos ônibus urbanos de São Paulo aprovaram por unanimidade a suspensão da greve que aconteceria na próxima sexta-feira (7).

A decisão se deu após uma reunião de conciliação na Justiça do Trabalho, na quarta-feira (5), entre o Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores em Transporte Rodoviário Urbano de São Paulo (SMTRUSP) e o sindicato patronal. No encontro, mediado pelo desembargador Davi Furtado Meirelles, as partes concordaram em reabrir as negociações das cláusulas econômicas ainda pendentes.

No entanto, conforme o acordado no TRT, o processo de negociações se dará a partir da formação de uma Mesa Técnica, perante o Tribunal de Contas do Município (TCM), com a presença de técnicos do Sindicato, setor patronal, SPTrans (São Paulo Transportes), Câmara Municipal, podendo ser convidados representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT) e do próprio TRT-SP. De acordo com o sindi-

cato, no período das negociações, a categoria permanecerá em estado de greve para realização de ações de mobilização.

“Neste momento decisivo, não temos o direito de errar e muito menos motivos para nos precipitarmos. Pela segunda vez, demonstramos nosso desejo de continuar a negociar e procurar avançar mais nas questões econômicas. Desde o início das negociações definimos nossa estratégia, que até o momento atingiu nossos objetivos. Continuaremos firmes no propósito de fazer o que for melhor para os trabalhadores e trabalhadoras”, afirmou o presidente do Sindicato, Edivaldo Santiago da Silva.

Os motoristas reivindicam reajuste salarial de 3,69% pelo IPCA (inflação oficial), mais 5% de aumento real e reposição das perdas salariais na pandemia na ordem de 2,46%, além de ampliação na Participação nos Lucros e Resultados (PLR), reajuste do valor do ticket para R\$ 38, cesta básica com produtos de qualidade, com o fim do termo “similar”, e reajuste de 17% no seguro de vida, entre outras cláusulas.





Federação Internacional de Jornalistas

Racistas espancam o jornalista Saif Turba de partidários de Netanyahu espanca jornalistas em Jerusalém

Racistas judeus israelenses que participavam da "Marcha da Bandeira", invadindo a Jerusalém Oriental aos gritos de "Norte aos Arabes", atacaram os jornalistas Nir Hasson (judeu, repórter do jornal israelense Haaretz) e Saif Al-Qawasmí (palestino freelancer) que cobriam o desvario.

Os jornalistas Nir Hasson (repórter do israelense Haaretz) e Saif Qawasmí (freelancer palestino) foram atacados na Jerusalém Oriental quando faziam cobertura da "Marcha da Bandeira" que reuniu milhares de judeus israelenses racistas invadindo a cidade palestina aos gritos de "Morte aos Arabes" e "Sua aldeia será incendiada".

Hasson foi agredido quando partiu para defender o colega Saif. A turba o espancou e o atirou ao solo e ele escapou do linchamento com a chegada de policiais ao local.

Segundo o jornal Haaretz, os policiais demoraram a chegar, o que colocou a vida dos jornalistas em risco.

Os participantes da marcha não queriam que seus gritos racistas fossem filmados — tanto pelo Haaretz quanto pelo jornalista palestino — para que sua sanha não fosse denunciada.

Abraçado a Saif, o jornalista Nir Hasson é agredido (Maya Levin/ Haaretz)

A marcha antiárabe, que aconteceu nesta quarta-feira (5) comemora todos os anos a tomada da capital palestina ocupada pelas tropas israelenses durante a Guerra dos Seis Dias, em 1967, e anexada a Israel (ferindo resoluções da ONU) por governo de Netanyahu.

A parada, que tinha a participação de jovens fascistas, contou também com os ministros fanáticos Ben Gvir e Yitzhak Wasserlauf (do mesmo partido de Gvir, o Otzma Yehudit, Força Judaica).

A polícia também deteve cinco fascistas que atiravam garrafas de água sobre os jornalistas.

Em clima de imenso pogrom, a marcha entrou na milenar e murada Jerusalém Árabe pelo Portão de Damasco e atravessou o denominado Quarteirão Muçulmano.

Um grupo de participantes da agressão dirigiu-se até o pátio da sagrada Mesquita Al Aqsa para profaná-la com os mesmos gritos racistas e danças rituais judaicas.

NAZISTAS

Antes que a polícia dissesse aos lojistas árabes que fechassem as portas, integrantes da turba atacaram lojas e xingaram lojistas palestinos. Os policiais só tomaram a medida preventiva quando perceberam que estava prestes a acontecer algo semelhante à Noite dos Cristais, quando nazistas atacaram lojas de judeus em Berlim.

Os racistas mantiveram os xingamentos e passaram a bater nos portões baixados das lojas, pulando e dançando em uma espécie de extase psicótico aos gritos de "Trabalhando para Deus com alegria".

A situação não se agravou mais ainda porque, prevenido a estupeção dos integrantes da marcha, foram reunidas 3.000 pessoas entre policiais, soldados e ativistas que não aceitavam o vandalismo que já se previa.

Retomando seu costume de incitar a turba, o ministro da Segurança, Gvir, proclamou na chegada ao portão de Damasco que a mensagem da marcha era "Jerusalém é nossa e Gaza é nossa".

Em sua chegada, Gvir foi recebido pela multidão aos berros de "Aí vem o nosso próximo primeiro-ministro".

Nas primeiras horas de quarta-feira, antes da marcha começar, centenas de racistas judeus já circulavam pelas ruas do Quarteirão Muçulmano, xingando, empurrando e cuspidos em moradores palestinos.

A segregação atinge também as mulheres judias, que não podem participar da marcha ao lado dos homens e só podem entrar pelo Portão Jaffa.

Acionados contra a marcha, os juizes israelenses se recusaram a proibi-la, limitando-se a recomendar à polícia que barrasse abusos e palavras-de-ordem racistas, o que não se impediu.

O jornalista agredido durante o ato, Nir Hasson, escreveu no jornal Haaretz que "a Marcha da Bandeira no Dia de Jerusalém é um termômetro preciso das condições da sociedade israelense. Ela mede os níveis de ódio, racismo e violência na sociedade religiosa sionista e o grau de tolerância da polícia e do restante da sociedade frente a estes arroubos. Este ano o diagnóstico é terminal. A marcha desta quarta-feira é a mais horrenda e violenta que eu já presenciei e eu testemunhei todas elas nos últimos 16 anos".

"Portanto, a história que venho aqui contar não é, principalmente, a da agressão aos jornalistas. É a história da fossa na qual a sociedade religiosa sionista afundou. Esta é uma sociedade cujo maior evento anual é uma doentia demonstração de racismo e violência", destacou.

Diversos deputados partidários de Gvir, entre eles Zvi Sukkot, Simcha Rothman e Almog Cohen, participaram da demonstração racista.

"A última coisa que Israel precisa é a perigosa parada de brutalidade judaica incitada por Gvir", finaliza Hasson.

Na manhã do dia da marcha um agressor estourou o vidro da porta de entrada do jornal Haaretz. Segundo o jornal, acionada, a polícia demorou muito a chegar. Não é a primeira vez que o jornal tem suas dependências agredidas. Em 2020 um homem entrou no jornal e destruiu o painel de disjuntores deixando o jornal fora do ar por duas horas.

Ataque de Israel a Nuseirat, em Gaza, assassina 274 palestinos



Bombardeio israelense devasta e espalha a morte na região de Nuseirat

Universitários de Chicago tornam formatura um ato de protesto contra genocídio em Gaza

Em ato sob chuva, universitários de Chicago condenam cumplicidade dos EUA no massacre de palestinos perpetrado por Netanyahu (Ashlee/Sun-Times)

Centenas de estudantes abandonaram a cerimônia de formatura da Universidade de Chicago, no sábado (01), em protesto contra a retenção dos diplomas de quatro alunos do último ano por sua participação em um acampamento a favor dos direitos da Palestina.

Vaias ao governo e à direção da escola marcaram o ato ao ar livre junto com apelos de "parar o genocídio" e repúdios aos crimes de Netanyahu. Muitos estudantes seguravam bandeiras palestinas, e outros usavam os tradicionais keffiyehs, lenços xadrez preto e branco que representam a solidariedade com a Palestina, sobre suas roupas.

"Meu diploma não importa quando há pessoas na Palestina e em Gaza que nunca mais subirão a um palco, que nunca receberão um diploma. E eles? Quem vai lutar por eles?", declarou Youssef Hasweh, um dos quatro estudantes que foram informados por e-mail nos últimos dias que seus diplomas seriam retidos enquanto se aguarda um processo disciplinar relacionado com o rechaço ao genocídio em Gaza, segundo o grupo estudantil "UChicago United for Palestine".

Os alunos ainda conseguiram participar da formatura e podem receber seus diplomas se forem liberados posterior-



Estudantes condenam cumplicidade dos EUA

mente após os procedimentos em curso sobre supostas violações da política disciplinar do campus.

Milhares de estudantes e professores assinaram um documento pedindo que a universidade concedesse os diplomas, enquanto mais de uma dúzia de membros do Conselho Municipal de Chicago escreveram uma carta pedindo o mesmo.

O protesto na Universidade de Chicago faz parte de um movimento mais amplo que tem se espalhado por todo o país, de Harvard ao Instituto de tecnologia de Massachusetts (MIT), passando por Yale, Emory, Emerson, Tufts, Brown, Stanford e a Universidade do Texas em Austin, com estudantes exigindo que as suas universidades cortem os laços comerciais com Israel ou com empresas que apoiam a guerra em Gaza.

Isso acontece em um período em que diversas instituições de ensino superior dos EUA se

preparam para as cerimônias de formatura da primavera.

Fontes do Ministério da Saúde da Palestina informaram, nesta segunda-feira, que o número de mortos na agressão da ocupação contra a Faixa de Gaza aumentou para 36.479 pessoas e 82.777 feridos desde 7 de outubro.

As mesmas fontes explicaram que as forças ocupantes cometeram 4 massacres contra famílias na Faixa de Gaza, resultando na morte de 40 cidadãos e no ferimento de outros 150, durante as últimas 24 horas.

Salientaram que milhares de vítimas continuam debaixo dos escombros e nas estradas, referindo que as ambulâncias e as equipes de proteção civil não conseguem chegar até elas.

Sob exigência do Níger, EUA dão início à retirada das suas tropas de base no país

269 soldados norte-americanos e equipamentos foram retirados pelos EUA do Níger na sexta-feira (7), dando início à retirada dos EUA do país da região africana do Sahel, anunciada em abril, e que deverá ser concluída até 15 de setembro. De acordo com o comunicado conjunto, o primeiro transporte militar deixou a Base 101 da Força Aérea dos EUA em Niamey, na capital do Níger.

A retirada norte-americana se segue à saída já concluída de tropas francesas e alemãs que estavam anteriormente em solo do Níger a pretexto de combater o terrorismo jihadista, e inclui o fechamento da base de drones 201 operada pelo Pentágono desde 2014, como exigiu o governo instituído após a queda do presidente fantoche Mohamed Bazoum em julho do ano passado.

De acordo com o entendimento entre as duas partes, a retirada das tropas norte-americanas deve ser realizada "de forma segura, ordenada e responsável". Nas semanas recentes, soldados norte-americanos tiveram de conviver com instrutores militares russos recém chegado na mesma base.

Antes de dar início à retirada, Washington tentou reverter a situação, através de sanções e ameaças de invasão pela assim chamada comunidade da África Ocidental, desde a Nigéria.

Outros 750 soldados norte-americanos ainda terão de sair. A ingerência também pretendia impedir que o país africano estreitasse relações com a Rússia e o Irã.

Ex-colônia francesa de 25



Povo exige a saída das tropas norte-americanas

milhões de habitantes e principal fornecedor de urânio para o sistema energético da França, o Níger fica no Sahel, a região subsaariana assolada por milícias jihadistas, um efeito colateral da destruição da Líbia pela Otan e sua tropa de choque jihadista e assassinato do líder Muammar Khadafi em 2011, que desestabilizou a região.

Desde a intervenção da Otan na Líbia, extremistas ligados ao Estado Islâmico e organizações análogas causaram milhares de mortes e deslocaram seis milhões de pessoas no Sahel. Quando as tropas francesas foram expulsas do vizinho Mali no ano passado, o então presidente Bazoum acertou com Paris a ida dessas forças para o Níger.

Antes do Níger, levantes contra a persistência da dominação colonial sob novas formas, por décadas, haviam ocorrido em outros países do Sahel, como Burkina Faso, Guiné e Mali.

O levante que pôs fim ao entreguismo de Bazoum foi saudado por multidões nas ruas

A pretexto de resgatar 4 reféns, tropas de Netanyahu perpetraram mais um hediondo massacre em Gaza

"Vim do campo para cá ao hospital a pé. Não consigo descrever como fugimos. Vi crianças mortas e partes de corpos espalhados por todos os lados enquanto fugimos", relatou um sobrevivente.

Já são 274 os mortos nos bombardeios de Israel contra o campo de refugiados de Nuseirat, no centro de Gaza, por terra, ar e mar, denunciou no sábado (8) o Ministério da Saúde palestino, relatando que "um grande número" de mortos e feridos está chegando ao Hospital dos Mártires de Al-Aqsa, a maioria crianças e mulheres.

Na quinta-feira (6), ataque israelense a uma escola da ONU havia matado 40 civis enquanto dormiam e, no mesmo dia, outro ataque assassinou o prefeito de Nuseirat, Iyad Maghari.

"Dezenas de feridos estão caídos no chão, e as equipes médicas estão tentando salvá-los com as capacidades médicas básicas que têm disponíveis", disse o Hospital, acrescentando que está com falta de remédios e alimentos, e que seu principal gerador parou de funcionar devido à falta de combustível.

Um porta-voz do Ministério da Saúde disse mais cedo que ainda havia "muitos" corpos e feridos que permaneciam nas ruas. Relatando de dentro do hospital "sobrecarregado" por telefonema, Hind Khoudary, da Al Jazeera, disse que a situação é tensa, com pessoas aterrorizadas na rua sem saber para onde recorrer.

"Há explosões acontecendo a cada minuto. Ambulâncias estão transbordando os feridos para o hospital onde estamos presos. É um caos dentro do hospital. Há crianças entre os feridos", disse.

Tanya Haj-Hassan, médica intensivista pediátrica dos Médicos Sem Fronteiras (MSF), descreveu o Hospital Al-Aqsa como um "banho de sangue completo", acrescentando que parecia "um matadouro".

"As imagens e vídeos que recebi mostram pacientes deitados em todos os lugares em poças de sangue... seus membros foram arrancados", disse ela à Al Jazeera.

"É assim que um massacre se parece", acrescentou. "Significa pais correndo por aí cuidando de seus filhos que têm sangue escorrendo da cabeça tentando encontrar um médico para tratá-los. Mas é tão caótico e há tantos pacientes que está superando em muito a capacidade de saúde de cuidar deles."

"A ocupação aniquilou o campo de refugiados de Nuseirat. Civis inocentes e desarmados foram bombardeados em suas casas. Nunca vi nada assim. É uma catástrofe", disse o local Nidal Abdo ao Middle East Eye.

"Vim do campo para cá ao hospital a pé. Não consigo descrever como fugimos. Vi crianças mortas e partes de corpos espalhados por todos os lados enquanto fugimos. Ninguém foi capaz de ajudá-los. Vi um idoso morto em uma carroça puxada por animais", relatou outro sobrevivente.

"Nuseirat estava sendo aniquilada. Foi um inferno." Também no centro de Gaza, pelo menos seis palestinos de uma família foram mortos pelas forças israelenses depois de bombardearem sua casa no campo de refugiados de Bureij pela manhã, segundo o Middle East Eye.

Dezenas de ataques aéreos visaram as áreas do sul da Cidade de Gaza, com testemunhas relatando que blocos residenciais inteiros foram dizimados, enquanto navios de guerra bombardeavam a área perto de seu porto de pesca.

"A participação americana na operação criminosa

que foi realizada hoje prova mais uma vez o papel cúmplice da administração americana, sua plena participação nos crimes de guerra cometidos na Faixa de Gaza [e] a falsidade de suas posições declaradas sobre a situação humanitária e sua preocupação com a vida dos civis", denunciou em comunicado o Hamas.

A acusação parece confirmada por declaração de autoridade de Washington ao portal norte-americano Axios explicitando o apoio de uma "célula" dos EUA em Israel no "esforço de resgate".

No ataque propriamente dito de quinta-feira ao campo de refugiados, investigação realizada pela Al Jazeera mostrou que os mísseis disparados contra a escola de Nuseirat estavam equipados com sistemas de orientação de "precisão" fornecidos pelos EUA, da Honeywell, conforme prova um pedaço de destroço do míssil achado no local, em que é visível um número de série de fabricação.

RESGATADOS

Em um breve comunicado, o exército israelense disse que estava "visando a infraestrutura terrorista na área de Nuseirat". Mais tarde, anunciou que suas forças resgataram quatro cativos israelenses durante a operação em Nuseirat. Os quatro estavam em "boas condições médicas", disse o comunicado.

Os quatro cativos israelenses resgatados foram identificados como Noa Argamani, Almog Meir Jan, Andrey Kozlov e Shlomi Ziv. Os quatro foram levados ao hospital Tel Hashomer para uma avaliação mais aprofundada.

Imagens no sábado mostraram Argamani abraçando seu pai após ser liberada. A operação que trouxe para casa Noa Argamani, Shlomi Ziv, Andrey Kozlov e Almog Meir Jan "é um triunfo milagroso", disse o Fórum de Reféns e Famílias Desaparecidas em um comunicado. O Hamas reiterou que o anúncio da "libertação de vários de seus prisioneiros" em Gaza, referindo-se aos israelenses resgatados, não mudaria o "fracasso estratégico de Israel na Faixa de Gaza", após oito meses de "massacres, genocídio, cerco e fome".

ESTADO PÁRIA

Em novo sintoma da rápida percepção, no mundo inteiro, da condição de Estado Pária em que Israel tem mergulhado sob a insânia de Netanyahu/Smotrich/Gvir, o secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, anunciou na sexta-feira que Israel foi incluída na lista negra de países que matam e ferem crianças nos conflitos, o relatório anual Crianças e Conflitos Armados do Gabinete-Geral do Secretário-Geral.

"Foi preciso um genocídio que matou 15.000 crianças e mutilou e deixou marcas em outras milhares, mas a ONU finalmente e com razão adicionou Israel à sua lista de vergonha", disse o analista político palestino Nour Odeh nas redes sociais. "Embargo de armas AGORA!"

Mais crianças foram mortas em Gaza nos primeiros quatro meses da guerra do que em quatro anos de conflito em todo o mundo, no que Philippe Lazzarini, que dirige a agência da ONU para refugiados palestinos, chamou de "guerra contra as crianças... sua infância e seu futuro".

Há também dezenas de milhares de crianças entre os mais de 83 mil palestinos feridos por bombas e balas israelenses em Gaza. Centenas de milhares de crianças foram deslocadas à força pelos bombardeios e invasões de Israel e estão à beira da fome.

Sonda chinesa Chang'e-6 recolhe amostras do solo lunar e inicia retorno à Terra

A sonda Chang'e-6 chinesa decolou com sucesso da superfície lunar carregando amostras coletadas do lado oculto do satélite terrestre, informou nesta terça-feira (4) a Administração Espacial Nacional da China (CNSA).

“A missão passou no teste de alta temperatura no outro lado da Lua”, confirmou a agência espacial chinesa, assinalando que a análise das amostras recolhidas permitirá aos cientistas “aprofundar a investigação da formação e evolução histórica da Lua”, disse o porta-voz da missão, Ge Ping.

Também fornecerá informações sobre “a origem do sistema solar (...) com uma melhor base para missões de exploração subsequentes”, acrescentou, informando que o país planeja enviar uma missão tripulada ao satélite em 2030.

A sonda Chang'e-6 foi lançada em 3 de maio e pousou com sucesso na zona planejada na Bacia Polo Sul-Aitken, para colher amostras nessa que é uma das maiores crateras conhecidas no Sistema Solar, com cerca de 2.500 km de diâmetro. A Chang'e-6 está composta por um orbitador, um módulo de retorno, um módulo de aterrissagem e um ascensor.

O módulo de pouso Chang'e-6 é equipado com vários instrumentos, incluindo uma câmera de descida, uma câmera panorâmica, um detector de estrutura do solo lunar e um espectrômetro mineral lunar que, ligados suavemente, executaram investigações científicas planejadas. Eles desempenharam um papel crucial na realização de tarefas como examinar a morfologia e a composição mineral da superfície lunar e detectar a estrutura rasa do subsolo da Lua.

Comparado com o lado próximo da Lua, o terreno do outro lado do satélite é mais acidentado. A área de pouso pré-selecionada no terreno da Bacia Polo Sul-Aitken é mais baixa e há mais crateras de impacto, tornando a iluminação e a medição mais suscetíveis à obstrução do terreno. Isso aumentou a dificuldade de um pouso suave do Chang'e-6.

Durante o processo, os pesquisadores conduziram amostragens simuladas em um laboratório terrestre, com base nos dados de detecção enviados pelo satélite de retransmissão Queqiao-2, fornecendo um suporte importante para a tomada de decisões e operações em cada momento, informou a CNSA.

Os cientistas consideram que esta parte da Lua, nunca visível da Terra, tem um grande potencial para investigação porque as suas crateras não são tão cobertas por fluxos de lava antigos como as do lado mais próximo do planeta.

Chunlai Li — chefe adjunto da missão nos Observatórios Astronômicos Nacionais em Pequim — anunciou que “o processo de amostragem decorreu muito bem” e que as amostras consistirão principalmente de basaltos, que é um tipo de rocha ígnea eruptiva resfriada de cor escura. Material semelhante já foi trazido de volta à Terra para análise do lado próximo da Lua.

Leia mais no site do HP

Universidades argentinas paralisam contra arrocho salarial e cortes de Milei

“A educação na Argentina é o principal capital que precisamos proteger e desenvolver, mas já faz quase seis meses que Javier Milei assumiu a Presidência e segue sem nos dar qualquer resposta. Perdemos neste curto espaço de tempo 60% do salário nominal. Nossa paralisação de 48 horas expôs o projeto de desmonte e a completa falta de diálogo do governo, que está destruindo a educação universitária e quer destruir o país”.

A afirmação é do secretário-geral da Federação Nacional dos Docentes Universitários, Carlos De Feo, e sintetiza a revolta expressa na greve realizada nesta quarta e quinta-feiras (4 e 5) ampliando a pressão nas instituições públicas contra a intransigência, o arrocho salarial e os cortes na pasta, apontada como estratégica para o desenvolvimento nacional.

Conforme Carlos de Feo, “ocorreram um montão de reuniões com diversos dirigentes dos ministérios da Educação Superior e do Trabalho, com todos prometendo arrumar o problema, mas todos sem

resolver nada”.

Embora o governo tenha concedido um reajuste às universidades, ele representa apenas 10% do total exigido pelas instituições para o seu funcionamento, fazendo com que a categoria se mantenha mobilizada.

Os sindicatos exigem um reajuste mensal para não continuar perdendo de goleada para a inflação; a recuperação do poder de compra; a restituição do Fundo Nacional de Incentivo ao Professor (Fonid) — extinto por decreto governamental em 26 de março, e que representava entre 10% a 14% dos salários dos trabalhadores — e verbas para a formação. A última oferta apresentada pelo governo foi de um aumento de 8% referente ao mês de abril, seguido de outros 9% em maio, que se somam aos 16% concedidos em fevereiro e aos 12% em março, o que ignora omissivamente a trágica situação existente. “Os professores não estão indo para Ezeiza [viajar de avião] como dizem alguns, estão tendo que virar motoristas de táxi ou de Uber”, explicou Carlos De Feo.

Submissão aos EUA leva Macron e Scholz à derrota na eleição europeia



Macron e Scholz apoiaram a política que jogou a Europa em grave crise da energia

China planeja a produção de 700 milhões de toneladas de grãos/ano para autossuficiência

Com a aprovação da “Lei de Segurança Alimentar”, a China visa atingir autonomia na produção de grãos para manter a estabilidade econômica e social.

O plano aprovado na primeira semana de junho considera a segurança alimentar uma questão de segurança nacional.

A lei estabelece uma base legal para garantir a segurança alimentar do povo chinês, como forma do governo de garantir que 1,4 bilhão de cidadãos chineses não passem fome. Os 11 capítulos da lei abrangem todo o processo do suprimento de grãos, desde a produção, criação de reservas, até o processamento e circulação de mercadorias.

O plano também busca o desenvolvimento tecnológico para aumentar a produção e depender menos de importações, tanto no que tange aos grãos como

aos insumos e maquinário para a produção agrícola e produtos industrializados do setor.

Portanto, além de criar proteções para a terra arável e limitações para o desenvolvimento urbano em caso de risco para terras agrícolas, encoraja o desenvolvimento da indústria agrícola da China e o abastecimento seguro de produtos de processamento de grãos. Também cria um plano nacional de emergência de grãos e um sistema de monitoramento de seguridade alimentar.

Os governos das províncias chinesas serão encarregados da incorporação em seus planos econômicos e de desenvolvimento da seguridade alimentar como uma prioridade.

O investimento em pesquisa e desenvolvimento tecnológico vai abranger todo o processo de produção agrícola, de sementes, armazenamento e processamento. Implementando assim as tecnologias agrícolas da China.

No ano passado, a China teve uma colheita de mais de 650 milhões de toneladas de grãos pelo nono ano consecutivo, com participação per capita de 493 kg de grãos ficando acima da linha de segurança alimentar internacionalmente reconhecida de 400 kg.

Até 2030, a China pretende aumentar a colheita de grãos em mais 50 milhões de toneladas e a área de plantio será de 117 milhões de hectares, chegando assim a uma média de 500 kg de grãos per capita por ano.

Na eleição para o Parlamento Europeu os eleitores da França e Alemanha repudiaram a política de submissão do continente aos interesses de Washington e impuseram derrotas aos partidos de Macron e Scholz

O presidente Macron e sua política de empurrar a França para a guerra da Otan na Ucrânia contra a Rússia — ameaçando colocar tropas lá e enviando aviões Mirage 2000 e mísseis Scalp — foram fragorosamente derrotados nas eleições ao Parlamento Europeu encerradas neste domingo (9) e o ‘petit Jupiter’ — como é sarcasticamente conhecido — anunciou a dissolução do parlamento francês e a antecipação de eleições. O primeiro turno irá ocorrer no dia 30 de junho e o segundo, no dia 7 de julho.

Grças ao delírio belicista de Macron e sua sabujice diante de Biden, mais a deterioração das condições de vida sob a inflação provocada pelas ensandecidas sanções contra a Rússia e a energia barata que esta fornecia, o partido de Marine Le Pen pela primeira vez chegou aos 31,5%, contra 15,2% recebidos pelo partido do presidente.

Nas vésperas da eleição, Macron recebeu o chefe do regime neonazi de Kiev, Volodymyr Zelensky, usando o acontecimento para fazer propaganda de sua política belicista e demente, apesar de protestos da oposição contra tal manipulação. Em maio, segundo o instituto de pesquisas IFOP, a aprovação de Macron mal chegava a 31%.

Cabe lembrar que Macron enfiou, goela abaixo do povo francês, e sem passar por votação na Assembleia Nacional, o aumento da idade mínima de aposentadoria, apesar das greves e das manifestações, usando um dispositivo constitucional criado por De Gaulle ao tempo em que precisou reunificar a França diante da independência da Argélia.

Sobre os arreganhos belicistas de Macron, Madame Le Pen dissera que “temos a sensação de que ele quer ir para a guerra e que está fazendo tudo para tentar agravar a pressão que pode levar a uma escalada amanhã”.

No comentário do jornal progressista Humanité, a antecipação das eleições é “o ato final de um príncipe em fim de carreira, de um aprendiz de feiticeiro das instituições da Quinta República”.

Os socialistas obtiveram 14%; a França Insubmissa, 10,1%; Les Républicains, 7,2%; Ecologistas, 5,5%; Reconquista, 5,2%. Os demais partidos ficaram abaixo do limiar de 5%.

A antecipação das eleições já foi usada, anteriormente, pelos presidentes De Gaulle, Mitterrand e Chirac.

“BASTA DE ABUSO SOCIAL”

Jean-Luc Mélenchon, líder da França Insubmissa e ex-candidato a presidente, também saudou a antecipação das eleições legislativas, postando na plataforma de mídia social X que Macron “não tem mais legitimidade para prosseguir suas políticas de abuso social, belicismo e inação climática”.

Antes, Mélenchon havia denunciado a escalada incitada por Macron, com a autorização de ataques ucranianos na Rússia usando armas francesas, e afirmou que “não queremos guerra”. “Se fizermos isso com equipamento francês, não se surpreenda se houver resposta”, acrescentou.

O secretário-geral do Partido Comunista Fabien Roussel, havia advertido que Macron “escolhe, sozinho, a escalada militar cruzando as linhas vermelhas que ele havia estabelecido”, e alertou: “não nos deixemos arrastar na guerra!”

O cabeça da lista do partido de Marine Le Pen, Jordan Bardella, que logo após a divulgação dos resultados chamara a convocar “novas eleições”, exigiu que Macron abandonasse “a

agenda que estava se preparando para implementar: a desindexação das aposentadorias, o novo aumento dos preços da energia a partir deste verão”.

Sem a antecipação, as eleições legislativas seriam realizadas em meados de 2027, logo após a eleição presidencial. Madame Le Pen se declarou “pronta” para “exercer o poder”. “Prontos para acabar com a imigração em massa, prontos para fazer do poder de compra do povo francês uma prioridade, prontos para começar a reindustrializar o país, enfim, estamos prontos para reviver a França”.

“De bombeiro piromaniaco a homem-bomba irresponsável”, comentou o jornal Libération sobre a decisão de Macron, que, caso o partido de Le Pen vença as eleições antecipadas, implicará na chamada “coabitação”, com Macron na presidência até o fim do mandato em 2027, mas com um primeiro-ministro da Reunião Nacional.

PATO DUPLAMENTE MANCO

Em outro comentário sobre Macron, o Libération o classificou de “pato duplamente manco”, em “Paris e Bruxelas”.

O jornal conservador Figaro, em editorial, chamou a antecipação das eleições de “salto para o desconhecido”, cujas consequências são “incalculáveis”: o chefe de Estado corre o risco de confiar amanhã as rédeas do poder ao partido “cujo progresso prometeu travar”.

URNAS ALEMÃS

Nos principais países do bloco europeu, o eleitorado mandou sua mensagem de repúdio aos que empurraram o continente para a crise, votando contra a situação — como na Alemanha e Espanha.

Mas o que esperavam: que os eleitores fossem sufragar aqueles que, com a mão no leme, apostam na escalada da guerra e, através das sanções e seu ricochete nos próprios países europeus, a partir da elevação dos custos da energia, na reiteration da crise, e são coniventes com a desindustrialização do velho continente em favor de Washington?

Sinal dos tempos, um figurão italiano notório pela xenofobia, o vice-primeiro-ministro italiano, Matteo Salvini, pediu aos cidadãos dos países da UE que votem contra os partidos de “esquerda” nas eleições para o Parlamento Europeu, argumentando que eles podem desencadear uma nova guerra mundial.

Salvini fez as declarações no sábado, ao votar em Milão. O governo italiano “é um dos poucos que se mantém firme” contra a participação [na guerra], afirmou, acrescentando que “se os partidos aliados a Macron vencerem, a terceira guerra mundial está ao virar da esquina”.

“Peço veementemente um voto contra a guerra, para isolar bombardeiros perigosos como Macron. Hoje e amanhã os italianos podem parar os ventos da guerra”, disse ele a repórteres.

Salvini atacou repetidamente Macron por suas sugestões de que a França e outros países da Otan deveriam, em última instância, implantar botas no terreno na Ucrânia. No início deste mês, ele pediu ao presidente francês que “colocasse um capacete e fosse à Ucrânia para lutar pessoalmente se desejasse a guerra”.

Ele acrescentou ainda que a Itália não vai mais aprovar o envio de qualquer tipo de arma “a menos que tenhamos a certeza de que essas armas não serão usadas para atacar e matar dentro da Rússia, seria o incidente que nos levaria diretamente para a Terceira Guerra Mundial”.



Palestinos examinam os danos causados pelas bombas israelenses contra escola da ONU

Espanha adere à ação sul-africana na Corte de Haia contra o genocídio de Netanyahu em Gaza

O Ministro das Relações Exteriores da Espanha, José Manuel Albares, anunciou na quinta-feira (6) que Madri vai juntar-se à ação contra Israel movida pela África do Sul perante a Corte Internacional de Justiça (CIJ) por violação da Convenção contra o Genocídio por sua ação militar em Gaza após o último 7 de Outubro.

“Decidimos dar este passo após os acontecimentos dos últimos dias em que vemos que as medidas cautelares da Corte Internacional de Justiça são completamente ignoradas e estão muito longe de serem cumpridas”, explicou, referindo-se ao fato de Israel não interromper a sua ofensiva contra Rafah como o tribunal exigiu, enfatizando que as medidas cautelares “são obrigatórias para todas as partes”.

A decisão foi divulgada no mesmo dia em que um bombardeio aéreo do exército genocida de Netanyahu

contra uma escola da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA) no campo de refugiados de Nuseirat, no centro da Faixa de Gaza, deixou pelo menos 40 mortos, incluindo crianças.

DIREITO À PAZ

O chefe da diplomacia espanhola sublinhou que o “único objetivo” do governo ao aderir à iniciativa da África do Sul “é acabar com a guerra e começar a avançar na aplicação da Solução de Dois Estados, que é a única garantia para alcançar a paz e a segurança para palestinos e israelenses e para toda a região”. “Todos eles têm direito à paz, o mesmo direito”, ressaltou.

“Queremos apoiar a Corte na implementação

das medidas cautelares, em particular a cessação das operações militares em Rafah, a fim de restaurar a paz, a cessação dos obstáculos à entrada de ajuda humanitária e a cessação da destruição de infraestruturas civis”, acrescentou o chanceler espanhol.

“Estamos fazendo isso [pedindo para intervir] por causa do nosso compromisso com o direito internacional, no nosso desejo de apoiar o tribunal no seu trabalho e fortalecer as Nações Unidas, apoiando o papel do tribunal como a entidade jurídica máxima no sistema”, disse o ministro em uma entrevista coletiva em Madri, citada pela Agência Reuters.

A CIJ é o órgão jurídico máximo das Nações Unidas, criado em 1945 para lidar com disputas entre Estados.

A Revolução de 1930 e a construção do Estado Nacional, por Mamede Said - (4)

Continuação da edição anterior

Os anos que vão de 1930 a 1934 representaram um período de fecunda produção legislativa, no qual o arcabouço básico do Estado brasileiro foi delineado, com a nota dominante do nacionalismo e do intervencionismo estatal

MAMEDE SAID MAIA (*)

Vários decretos editados nos anos de 1930 a 1934 expressam a dimensão social e trabalhista do governo revolucionário e a montagem de um complexo aparato administrativo capaz de fazer valer o projeto

de um Estado paternalista, ao qual caberia a garantia e a outorga mesma dos direitos dos trabalhadores. É o caso da Lei dos 2/3, garantindo a presença mínima de 2/3 de empregados nacionais em quaisquer estabelecimentos industriais e comerciais, e da Lei de Sindicalização, que definia os sindicatos como “órgãos consultivos” e “de colaboração com o Poder Público”. Em 1932, Vargas cria a legislação instituindo os mecanismos de conciliação e julgamento, concedendo novos benefícios aos trabalhadores vinculados às caixas de aposentadoria e pensões, fixando o limite de oito horas para a jornada de trabalho, introduzindo nova regulamentação para o trabalho de mulheres e menores e instituindo a carteira profissional. Foram criados, ainda, os institutos de aposentadoria e pensões, como o dos marítimos (junho de 1933), o dos comerciantes (maio de 1934) e o dos bancários (junho de 1934). Em 12 de julho de 1934, editou decreto visando adequar a organização sindical à Constituição que seria promulgada, concedendo maior grau de autonomia aos sindicatos.

Ainda que se considere que a tolerância de Vargas com as oligarquias rurais dissidentes tenha contribuído para que pouco fosse feito na regulamentação do trabalho no campo, a filosofia do Governo Provisório também buscou alcançar o trabalhador rural. O Decreto nº 19.770/1931, que regulamentou a sindicalização “das classes patronais e operárias”, disciplinando o papel do novo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no reconhecimento dos sindicatos, dispunha que estes poderiam pleitear a “fixação de salários mínimos para trabalhadores urbanos e rurais”. Como observa Welch (2016, p. 85), no início de 1931 o novo ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, articulou a organização social do campo, e, em reunião com fazendeiros, indicou a sindicalização como o caminho para que tanto os empregadores como seus empregados, os camponeses, definissem como poderiam ajudar a traçar a política agrícola do país.

A perspectiva ideológica dos tenentes reunidos no Clube 3 de Outubro adotou muitas medidas aprovadas pelo Governo Provisório. Em seu “Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil”, o Clube dedicou vários pontos à questão rural, defendendo a proteção, a formação e a manutenção da pequena propriedade rural, mediante a transferência direta de lotes de terras cultiváveis para o trabalhador agrícola. Deveria o Estado controlar a repartição e a utilização do solo, de maneira a impedir



os abusos, proporcionando às famílias, especialmente as formadas no seio do proletariado rural, terras que lhes facilitassem a habitação e a subsistência, outorgando-lhes ao mesmo tempo os meios de exploração das riquezas do solo.

Além de estabelecer que, no conceito de propriedade, o interesse individual não poderia se sobrepor à função social, o Programa defendia a criação de um imposto territorial calçado sobre o valor venal das terras, o qual deveria levar em conta o grau de aproveitamento social delas e, em certos casos, ter caráter progressivo. As diversas medidas de organização social destinadas ao trabalhador urbano deveriam ser estendidas “a todos os proletários ou trabalhadores do campo”, pontuava o Programa do Clube. Assim, não houve, como destaca Gilberto Bercovici (2020, p. 185), o abandono do trabalhador rural por parte do Governo Provisório que boa parte da historiografia brasileira afirma, mas sim uma série de avanços na busca por superar o Brasil essencialmente agrícola, com uma estrutura fundiária caótica e concentradora, em um processo de ruptura da política econômica agrário-exportadora até então predominante.

No trabalho de reorganizar a Administração Pública, Vargas criou, em 1931, o Departamento dos Correios e Telégrafos, fruto da fusão do Diretoria Geral dos Correios com a Repartição Geral dos Telégrafos. Em janeiro de 1932 assinou decreto regulamentando os serviços aeronáuticos civis e o uso do espaço aéreo nacional, e na área militar criou o Corpo de Fuzileiros Navais e aprovou o Plano Geral do Ensino Militar. Essas medidas se somaram aos atos que dispunham sobre a organização do Departamento Nacional do Comércio e aos que promoveram as reformas administrativas da educação e da saúde, como citado. Foram criados vários organismos dedicados ao controle e à direção de atividades econômicas, de que são exemplos o Instituto do Cacaú (1931) e o Instituto do Açúcar e do Alcool (1933), embora fosse bastante incipiente, à época, o debate acerca da natureza jurídica de tais entidades e do exato papel que lhes cabia na estrutura da Administração Pública. Nesse contexto de reestruturação administrativa, há quem considere que a Revolução de 1930 fez multiplicarem-se as autarquias “de modo desordenado e quase caótico” (VAZ DA SILVA, 1974, p. 35).

Quando a Assembleia



Inauguração da Siderúrgica de Volta Redonda (reprodução)

Constituinte decidiu negar ao chefe do Executivo a possibilidade de legislar por meio de decretos, o governo se apressou em editar inúmeros atos que garantissem a adoção de novas providências antes da promulgação da futura Constituição. Esses atos enfatizam o papel proeminente do Estado na execução do projeto desenvolvimentista nacional, com a implantação de uma Administração baseada no modelo burocrático weberiano amparado em uma pluralidade de normas e regulamentos e em uma rígida hierarquia e separação de funções. Surgem, então, diversos diplomas legislativos: o Código de Minas; o Código de Águas, que conferiu ao governo o poder de fixar tarifas de eletricidade e concentrou na União o poder concedente, retirando a competência dos estados e municípios nessa matéria; o decreto dispoendo sobre os sindicatos profissionais; a regulamentação da liberdade de imprensa e as alterações do Código de Justiça Militar.

A centralização progressiva das decisões de política econômica levou à criação e instalação, em 1934, do Conselho Federal do Comércio Exterior, considerado o primeiro órgão de planejamento governamental do país, voltado à formulação de medidas de estímulo ao comércio exterior e à concessão de incentivos para a instalação de novas indústrias, como as de celulose e papel. Outras entidades foram então criadas, voltadas para lidar com setores específicos, sendo a mais emblemática delas o Departamento Nacional do Café, em 1933, que teria sua direção nomeada pelo Governo Provisório, e não escolhida pelos estados produtores, como estabelecia o regime anterior. Pela primeira vez o governo decidiu interferir diretamente na fixação dos preços do café e no controle da produção e passou a realizar, também, o controle do câmbio visando racionalizar as divisas e proteger o setor industrial (BAER et. al., 1973, p. 887).

Com o fim de estabelecer um processo de articulação, cooperação e coordenação dos serviços estatísticos de interesse geral, foi criado o Instituto Nacional de Estatística, que em 1938 se transformou no Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE). O novo Instituto, como entidade de natureza federativa, era responsável por promover e executar, de modo permanente e sistemático, o levantamento de todas as estatísticas nacionais. Para que a realização dos censos demográficos e econômicos, assim como a execução dos serviços especializados de cartografia e estatística atuarial, ocorressem de maneira uniforme e articulada em todo o território nacional, o decreto previa a assinatura de convênios entre os entes federativos e também com as entidades privadas que se dedicavam a trabalhos estatísticos. A iniciativa representou importante passo para que se conhecesse melhor a realidade do país com vistas ao planejamento e à execução das políticas públicas.

O Governo Provisório atuou fortemente no sentido de construir uma identidade e uma memória nacional. Com a intenção de preservar os “lugares em que se realizaram os grandes feitos da sua história”, editou decreto por meio do qual elevava a cidade de Ouro Preto à categoria de Monumento Nacional. Além de homenagear a cidade que fora palco do primeiro movimento de libertação colonial, Vargas reforçou a imagem do seu principal líder, Tiradentes, e em 14 de julho de 1934 promulgou decreto aprovando o novo regulamento do Museu Histórico Nacional, criado em 1922. Vinculado ao Ministério da Educação e Saúde Pública, ao museu cabia a inspeção dos monumentos nacionais e do comércio de objetos artísticos e históricos, assim como recolhê-los e classificá-los para serem expostos ao público, com vistas ao “conhecimento da história pátria” e ao “culto das nossas tradições”.

A edição desse elevado número de atos normativos em um curto espaço de tempo demonstra a intensa atividade legislativa do Governo Provisório em prol da implantação de reformas na máquina pública, de maneira a que o Estado, e o Executivo em particular, se fizesse senhor das atividades estratégicas de interesse do país, tanto na seara econômica como social, cultural e administrativa. Vargas (2001, p. 305) não se absteve de considerar que os decretos que editava constituíam “atos ditatoriais”. Entretanto, a coloração social e a pertinência política desses atos, a necessidade

premente de sua adoção, justificavam a sua ver as providências tomadas, e assim uma “onda de atividade legiferante de reformas e de autorizações” consumiu, de modo particular, os dias que precederam a promulgação da nova Constituição (VARGAS, 2001, p. 305).

CONCLUSÃO

A Revolução de 30 visou, desde o primeiro momento, efetivar um modelo que superasse a baixa capilaridade da Administração Pública na Primeira República, marcada por gestões financeiras perdulárias, dívidas crescentes e má escrituração. Fez surgir um projeto intervencionista no qual se delineava com precisão os órgãos e o papel que o governo federal deveria cumprir na modernização da economia e da ordem social, assim como o espaço de atuação dos entes federativos no novo contexto estatal. Estabeleceu, ainda, uma disciplina legal para o trabalho e promoveu a nacionalização das riquezas do país, com a edição de um incontável número de leis e de atos administrativos.

O Governo Provisório atuou fortemente no sentido de implementar o ideário programático da Aliança Liberal que a Constituição de 1934 veio reafirmar, em que pesem as críticas e ressalvas que o chefe do governo dirigiu ao novo texto constitucional por ocasião de sua promulgação. Pode-se dizer, na verdade, que as medidas tomadas foram além do programa propugnado pela Aliança. Os anos que vão de 1930 a 1934 representaram um período de fecunda produção legislativa, no qual o arcabouço básico do Estado brasileiro foi delineado, com a nota dominante do nacionalismo e do intervencionismo estatal. Ao lado de um movimento de centralização política, vivenciou-se uma acentuada descentralização administrativa que implicou na criação de variados órgãos e entidades responsáveis por desempenhar as funções de natureza técnica que o poder central passou a regulamentar e a executar.

Nesse contexto, embora a Constituição de 1934 tenha demarcado os vínculos federativos, com a evidente primazia do papel da União, e incorporado ao seu texto preceitos de direito administrativo, de direito social e de direito civil, além de ter estabelecido normas reguladoras da educação, cultura etc., a legislação que

a precedeu responde pelos maiores avanços que se obtiveram naquela fase histórica. O desenho institucional do moderno Estado brasileiro continuou a ser feito nos anos seguintes ao Governo Provisório, com a criação de novos entes e órgãos administrativos – como o Instituto Nacional do Livro e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ambos em 1937 – e, principalmente, do Conselho Federal do Serviço Público Civil, em 1936, que promoveu uma ampla reforma administrativa. Os delineamentos básicos foram todos traçados, porém, nos anos iniciais que sucederam a Revolução de 1930 e culminaram, em 1934, na promulgação da nova Constituição.

O curto tempo de vigência do texto constitucional não foi capaz de apagar as conquistas e os elementos inovadores que a Revolução de 30, em curto espaço de tempo, implantou na dinâmica do governo e do Estado. Mesmo após o golpe de 1937 e a revogação da Constituição de 1934 os inúmeros diplomas legislativos editados por meio de atos unilaterais do chefe do Executivo permaneceram válidos, influenciando decisivamente a organização e o funcionamento da Administração no contexto de um Estado burocrático, autoritário e centralizador que, na condição de polo aglutinador da nação, ditava os rumos da sociedade e da economia. Desprezando os preceitos da democracia liberal, o governo enfatizava reformas voltadas ao estabelecimento dos direitos e garantias das classes trabalhadoras, na consideração de que a questão nacional-desenvolvimentista e a emancipação do país eram as tarefas prioritárias.

Embora seja possível dizer que a Constituição de 1934 – cujo conteúdo foi, em grande medida, resgatado pela Constituição de 1946 – tenha consagrado o ideário dos revolucionários de 1930, os preceitos básicos de direito administrativo que desenharam o modelo de Estado que hoje temos encontra raízes no arcabouço jurídico infraconstitucional que se constituiu durante o breve, mas fecundo, período do Governo Provisório.

(*) Professor de Direito da UnB

Artigo foi publicado originalmente na revista **História do Direito, da UFPR, onde podem ser encontradas todas as referências e as notas do autor**